**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

EDUARDO MAGANHA FREIRE

**BOLÍVIA: CRISE DE COESÃO TERRITORIAL NO CORAÇÃO DA
AMÉRICA DO SUL**

**SÃO PAULO
2008**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**BOLÍVIA: CRISE DE COESÃO TERRITORIAL NO CORAÇÃO DA
AMÉRICA DO SUL**

Eduardo Maganha Freire

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Humana,
do Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo**

Orientador: Prof. Dr. André Roberto Martin

**SÃO PAULO
2008**

Resumo

O estudo leva em consideração acontecimentos históricos da conformação territorial da Bolívia, sua estruturação, dinâmica, bem como a atual situação de sua coesão interna, implicando no aprofundamento dos estudos relativos à intergovernabilidade, territorialidade, nacionalismo e identidade.

Também abarca a questão relativa aos grupos dentro do arranjo democrático liberal, e da ativação política de clivagens de cunho étnico, regional e econômico, tratando a questão separatista da porção Oriental boliviana.

Palavras-chave: Território, Democracia, Nacionalismo, Federalismo e Separatismo.

Abstract

The study considers the historical events of Bolivia's territorial arrangement, structure, dynamics and the current situation of its internal cohesion, resulting in the analysis of major studies on “intergovernability”, territoriality, nationalism and identity. This research also takes into account the demands made by groups inside the liberal democratic arrangement, and the activation of political, ethnic, regional and economic divisions, addressing the issue of Bolivia's Eastern portion breakaway.

Keywords: Territory, Democracy, Nationalism, Federalism and Separatism.

Índice

Introdução	01
 Capítulo I – Formação Territorial da Bolívia	07
A História Pré-Colombiana	07
Invasão Espanhola e Consolidação do Domínio do Território	10
O Modo Administrativo Colonial	13
O Declínio da Mineração de Prata	17
Caminho da Independência	20
Independência	23
Confederação Peruano-Boliviana	24
Guerra do Pacífico	27
A Questão do Acre	29
Guerra do Chaco	32
 Capítulo II – Identidade Nacional Boliviana	39
Guerra do Chaco e a Identidade Nacional	39
Fim da Guerra e o Caminho da Revolução de 1952	44
A Revolução de 1952	48
Novo Contexto Nacional	52
Identidade Cívica Boliviana	63
 Capítulo III – Coesão e Fragmentação do Território	
Boliviano: A Questão Separatista	70
O Território Boliviano	70
Desenvolvimento do Oriente	73
Os Eixos Econômicos Bolivianos	78

Espacialização do Poder, Fragmentação e Democracia	84
Intergovernabilidade na Bolívia	96
Parafederalismo, Nação Camba e Fragmentação	98
Conclusão	102
Bibliografia	107

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo leva em consideração acontecimentos históricos da conformação territorial da Bolívia, bem como a atual situação de sua coesão interna, implicando no aprofundamento dos estudos relativos à intergovernabilidade, territorialidade, federalismo - muito embora a Bolívia não seja uma república federativa – enquanto sistema de organização do poder no espaço.

A flagrante e freqüente instabilidade política da América do Sul não poderia deixar de ser um sintoma recorrente da história da Bolívia, que pode ser considerada a nação com maior instabilidade política no continente. Rumores a respeito de um movimento separatista no território boliviano começaram a chamar a atenção, enfatizaram-se com a queda de Sánches de Lozada e a eleição de Evo Morales à presidência do país, o que configurou uma nova ordem de poder e que, no Brasil, tornou-se relevante para a mídia à partir da estatização de instalações da Petrobrás, que acabaram sendo compradas pela Bolívia após esforços diplomáticos dos dois países.

O início das pesquisas é anterior à explosão na mídia dos acontecimentos na Bolívia, e a possibilidade de estudar um movimento separatista importante, acontecendo junto à fronteira brasileira, ensejou o desafio acadêmico, possibilitando observar a ocorrência "viva", de uma crise de intergovernabilidade, que sugere um aprofundamento do estudo do território, jurisdição e das autonomias ligadas ao federalismo.

É certo que o objeto de estudo, a Bolívia, não reproduz uma prática espacial de organização do poder, nos moldes de um arranjo federativo, mas uma estrutura

centralizada de poder, que rege seus departamentos, mas há elementos passíveis de “relativizar” o conceito.

Muitos foram os governantes e crises políticas e em consequência várias as disposições de distribuição do poder pelo espaço, e talvez seja esse um dos principais motivos da flagrante instabilidade política boliviana até os dias de hoje.

A tomada do poder por sufrágio universal, ou seja, dentro dos liames constitucionais, pela primeira vez, por um representante da maioria indígena que configura sua população, está muito longe de representar estabilidade territorial nesse país que desde sua independência já perdeu inúmeras porções de território para Estados vizinhos, incluindo o Brasil.

Sem dúvida alguma, a cisão mais relevante foi a perda de sua saída para o mar (Chile). Para o Brasil, perdeu o Acre, no famoso caso conduzido pelo Barão do Rio Branco que, através da diplomacia, comprou o referido Estado.

Também há que se considerar sua demarcação fronteiriça com o Estado do Mato Grosso, que ainda é contestada por muitos bolivianos. Lembrando ainda a relevante e sangrenta guerra com o Paraguai, na denominada região do Chaco.

Poderia a Bolívia ainda hoje perder mais territórios, ou ainda, deteriorar seu território de modo completo, até deixar de existir como Estado?

Quais as consequências de uma eventual fragmentação territorial da Bolívia e suas repercussões em toda a América do Sul?

Essas perguntas estimulantes são espessamente plausíveis, ao observar-se que os murmúrios separatistas provêm de um de seus mais ricos Departamentos, Santa Cruz de La Sierra.

Tal movimento se mostra apoiado por vozes em outros Departamentos como Pando, Beni e Tarija, esse último com importantes reservas de gás natural e petróleo.

Aí está representada uma flagrante crise intergovernamental, que se opera através de provável substituição da importância econômica da região *in casu* diretamente representada pela divisão em Departamentos. Isso porque a hegemonia econômica operada por La Paz, que controlava as atividades mineradoras e o setor terciário da economia, hoje em franca decadência, apresenta-se substituída pelo *agribusiness* e produção de gás natural e petróleo recorrentes em outros departamentos.

Porém desde a redemocratização da Bolívia emerge também uma crise de representatividade política, que compõe uma variável fundamental nessa equação.

Ora, além de nova espacialização das regiões produtoras de riquezas, observa-se também uma nova tentativa de rearranjo político das parcelas de população que detinham a hegemonia econômica.

Assim, o fortalecimento do MAS, que vive seu auge com a eleição de Evo Morales, precipita uma disputa econômica, regional e étnica de implicação territorial¹.

Há uma importante crise territorial, no "coração de América do Sul", e a Bolívia pode ser observada pela ótica do "*heartland*", ou seja, a conformação geopolítica ideal de território conceituada por Halford Makinder, que expressa uma incrível contradição: a região que deveria ser forte e coesa é exatamente a mais instável do continente, do ponto de vista intergovernamental.

¹ A partir do declínio da exploração de estanho, observou-se um movimento migratório de trabalhadores mineiros, que se ocuparam do plantio de folha de coca. "O movimento dos plantadores de coca ganha espaço nesse período pós-1985 e passa a incorporar experiências políticas de antigos sindicalistas mineiros e mesmo do movimento katarista." (Andrade, 172:2007)

Ou seja, frente a todo o contexto histórico da Bolívia, desde sua independência, a instabilidade política e territorial sempre foi preponderante em todo o continente.

Essa questão tem implicações diretas em toda América do Sul que repercutem inclusive no território brasileiro. A zona de fronteira entre o Brasil e a Bolívia é enorme e o surgimento de um novo país afastaria ainda mais o Brasil do Pacífico.

Não se pode deixar de considerar que o fim das ditaduras na América do Sul, remontam historicamente a um período muito próximo, e que um contexto marcado pela concepção de uma organização estatal política sob a égide da democracia e liberdade, apenas se reinicia nos países do continente.

As concepções iluministas sem dúvida alguma motivaram a independência dos países da América Hispânica. Todavia somente em 2006, é que um representante indígena surge como líder da nação.

Hoje há, sem dúvida, uma crise de autonomia, que poderia ser suprida pelos ideais federalistas, todavia implicaria em uma nova ordem de distribuição do poder, que poderia contrariar até mesmo as expectativas da população representada pelo sufrágio nas últimas eleições.

Uma nova constituição faz parte do desejo dos bolivianos e poderia solucionar a questão sobre as autonomias, sem a ocorrência de uma crise de representatividade:

Na construção de federalismos, muitas vezes os votos de indivíduos de uma minoria representam até vinte vezes ou mais, os votos de outros indivíduos da mesma nação. Tal desproporcionalidade é compactuada na própria constituição do país e representa

uma compensação, na maioria das vezes representativa da possibilidade de gerir regiões menos populosas ou mais pobres e favorecer seus desenvolvimentos.

O dilema territorial interno de uma nação consiste exatamente em encontrar a medida correta de coesão interna, levando-se em consideração um arranjo democrático e o equilíbrio entre cooperação e competitividade inter-regional.

Desse modo o profundo estudo do Estado boliviano, através de seu viés jurisdicional, busca aclarar os fatores responsáveis por essa crise territorial, uma vez que os departamentos que pregam o separatismo rechaçaram a recém promulgada Constituição da Bolívia, apresentando um Estatuto Autônomo em contraposição. Esse é o ponto capital da crise atual e o “corte” factual e temporal estabelecido nesse estudo.

Uma análise mais aprofundada da dinâmica territorial do Estado Boliviano deve ser ponderada perpassando-se pelas três etapas de sua conformação, em momentos de consolidação e mesmo degeneração:

A primeira etapa remonta à conformação do Estado Boliviano a partir de seu nascimento como Estado Independente porquanto independência bolivariana, e os conflitos seguintes ensejando a contradição Alto Peru - Estado que se configuraria único, somando-se aos territórios do Peru e Bolívia - e de um território autônomo separado do Peru que conformou a Bolívia propriamente dita.

A segunda fase consiste na configuração do Estado Boliviano separado do Peru, onde se observa o início dos esforços pela integralização de seu território, e o início da ocupação do oriente². As principais pressões de países vizinhos ocorrem também nessa fase

² A constituição territorial boliviana era estabelecida principalmente em sua face ocidental, uma vez que estava estabelecida por um eixo que ligava Buenos Aires a Lima, passando especificamente por Potossi, onde os colonizadores extraíam prata de suas minas.

que é a mais custosa à Bolívia, uma vez que compreende momentos com imensas perdas territoriais para os países fronteiriços.

Terceiro, evidencia-se o fim das disputas intensas entre países vizinhos, emergindo contudo, uma profunda crise intergovernamental por autonomia de determinadas regiões do país, o que revela novo alerta à conformação territorial boliviana, ensejando um verdadeiro risco de separatismo.

Finalmente a avaliação da perspectiva entre os sentimentos nacionais e étnicos são fundamentais, uma vez que mostram-se ativados desde o início da crise de fragmentação, ensejando a reconstrução da identidade cívica, expressa pela dinâmica histórica boliviana, como subsídio para a análise da questão separatista.

A gênese do presente trabalho repousa sobre a idéia moderna de Bolívia, ou seja, do Estado Boliviano sob a égide do ideal iluminista que pressupõe o Estado Democrático Constitucional Soberano. Assim a remontagem dos fatos anteriores à Independência Boliviana é determinante, e será utilizada como suporte para desvendar as particularidades dessa nação sedimentada em fortes tradições culturais, territoriais e étnicas.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO TERRITORIAL BOLIVIANA

Para evidenciar a atual crise territorial boliviana em um novo patamar, que enseja inclusive a degradação do território por um sentimento separatista no país, há que se observar uma divisão importante: No sentido da conformação territorial boliviana as missivas para tomada de territórios partiam de países vizinhos, mas a crise atual aventa ao perigo interno, ou seja, a questão principal se fundamenta por uma crise intergovernamental.

Há que se suscitar toda a história da Bolívia, de modo a eventualmente localizar os fatos que pressupõem um território tão fraco e pouco consolidado, levando-se em consideração as três fases da conformação que resultou na atual configuração territorial boliviana, ou seja, a Bolívia pós-independência; a fase de integralização territorial; e a conformação atual sob a crise intergovernamental.

Nesse sentido não é demais buscar verificar os vestígios das antigas organizações sociais e territoriais anteriores à conquista da América pelos espanhóis.

A HISTÓRIA PRÉ-COLOMBIANA

Informações pouco conclusivas sugerem que a agricultura na região onde está situada a Bolívia teve início em aproximadamente 3.000 a.C. e a produção de metal, especialmente cobre, começou 1.500 anos mais tarde.

Essa região dos Andes provavelmente já era habitada há vinte mil anos. No começo do século II a.C., a civilização Tiwanaku se desenvolveu ao sul do lago Titicaca, centrada ao redor da grande cidade de Tiwanaku, desenvolvendo avançadas técnicas agrícolas e arquitetônicas, antes de desaparecer por volta de 1.200 d.C., possivelmente por causa de uma longa seca. Outra teoria fundamenta seu declínio como produto da luta entre os diferentes grupos que habitavam a região: Aimarás, Collas, Lupacas e Pacajes.

Contemporâneas aos Tiwanaku, existiram também a civilização Troxo, nas terras baixas do leste, e a civilização Mollo, ao norte da atual cidade de La Paz. Ambas desenvolveram técnicas agrícolas avançadas e se dissiparam no mesmo período.

O colapso da civilização Tiwanaka resultou no fortalecimento de sete reinos regionais dos Aymara, os mais fortes deles localizados ao redor do lago Titicaca. Os Aymara, um povo beligerante que vivia em vilas fortificadas no alto de colinas, tinham uma extraordinária habilidade em se adaptar ao clima inóspito da região, e mantinham seus estoques de comida através de técnicas de irrigação e congelamento e desidratação dos alimentos.

Ao manter colonos nos vales tropicais a leste dos Andes e na costa do Pacífico, eram capazes de produzir tanto culturas tropicais quanto culturas de clima mais frio. A unidade social básica era o Ayllu, grupo familiar que distribuía entre seus integrantes terra e trabalho.

Em 1438, o Inca Pchacútec derrotou o último soberano Colla, Chunqui Cápac, incorporando o altiplano boliviano ao Império Inca (Tahuantisuyo), como parte da província de Cololasuyo, impondo o Quéchua como língua oficial.

Segundo uma lenda, os fundadores do Império Inca nasceram da espuma do Lago Titicaca na Ilha do Sol (Manco Cápac e Mama Oclo).

A cordilheira boliviana ficou conhecida como o Kollasuyo, uma área densamente povoada com imensa riqueza mineral e poderosa economia que constituía uma das quatro unidades administrativas do Império Inca. O oficial superior do Kollasuyo só respondia ao imperador Inca, e supervisionava um grupo de governadores locais que, em troca, controlavam membros da nobreza Aymara. Sob um regime genérico chamado *mita*, os Incas obrigavam os nativos do Kollasuyo a trabalhar nas minas, na construção de projetos ou servir no exército, compensando-os pelo seu trabalho.

Apesar de seu intento em centralizar o império, os Incas não alteraram muito o esquema de organização dos reinos Aymara, que permaneceram relativamente autônomos. Muitos dos antigos chefes locais mantiveram seus poderes, sob os auspícios das autoridades Incas. Eram também livres para manter sua cultura, religião e língua.

A nobreza regional, ainda que forçada a enviar seus filhos para serem educados em Cuzco, continuava a reter a propriedade privada. Além disso, o sistema de envio de colonos para os vales do leste e para a costa do Pacífico era tolerada sob o domínio Inca.

Em 1470, todavia, vários reinos Aymaras se rebelaram contra o domínio Inca. Estes derrotaram completamente dois reinos e pacificaram o resto da região, enviando mitimas, colonos falantes de Quechua, para o território Aymara, especialmente para os vales do sul e centrais (onde mais tarde foram fundadas Cochabamba e Sucre). Já no começo do século XVI, os Incas haviam restabelecido seu domínio sobre a região do Kollasuyo, fato

que propiciou a predominância do Quechua em certas áreas da Bolívia, durando até os dias de hoje.

Os Incas falharam, no entanto, em conquistar as tribos nômades das baixadas a leste. Este fato sugere que os Incas encontravam grandes dificuldades em subjugar povos que não se apoiavam na agricultura.

A partir desse breve resumo histórico, é possível conformar um plano de preocupação por etnias indígenas que de certo modo persistiram por séculos.

Com efeito, Aymarás no Altiplano (região configurada pelo eixo Buenos Ayres-Lima), Quechuas nos Vales e demais etnias minoritárias nos Lhanos.

Tomando um critério de divisão geográfica territorial trina, que leva em conta o Altiplano, os Valles (vales) e os Lhanos (planícies), se pode determinar a prevalência de etnias originárias. No entanto, profundas modificações econômicas e sociais implicaram em um importante fluxo migratório a partir de 1952 - que mais à frente será comentado detalhadamente – o que salienta uma importante redistribuição territorial.

INVASÃO ESPANHOLA E CONSOLIDAÇÃO DO DOMÍNIO DO TERRITÓRIO

Francisco Pizarro, Diego de Almagro e Hernando de Luque lideraram a conquista espanhola do Império Inca. Sua primeira incursão ao território aconteceu em 1524, quando navegaram ao longo da costa do Pacífico, partindo do atual Panamá, para confirmar a lenda da existência de uma terra rica em ouro chamada Biru.

A conquista espanhola do Império Inca não foi muito difícil, pois o Império encontrava-se enfraquecido. Após a morte do imperador Huayna Capac em 1527, seus filhos Huascar e Atahualpa travaram uma briga pela sucessão. Embora Atahualpa tenha derrotado seu irmão, não havia ainda consolidado plenamente seu poder quando da chegada dos espanhóis em 1532. Subestimando o poderio espanhol, Atahualpa não tentou derrotá-los quando da sua chegada ao litoral, pois estava convencido de que aquele que comandava o altiplano também controlava o litoral.

Pizarro forjou alianças com tribos inimigas dos Incas, iniciando a guerra. Na sangrenta Batalha de Cajamarca, em 16 de novembro de 1532, Pizarro matou os 12 guardas de honra de Atahualpa e o levou cativo para o chamado quarto do resgate. Um ano depois, a capital Inca, Cuzco, tombou, sendo refundada como um novo assentamento espanhol em 1534.

A despeito da rápida vitória espanhola, rebeliões indígenas logo começaram a surgir, eclodindo durante todo o período colonial. Em 1537, Manco Inca, que tinha sido nomeado imperador pelos próprios espanhóis, se rebelou contra os invasores e criou um novo Estado Inca.

Rebeliões continuaram a desafiar a autoridade espanhola, mesmo depois de suprimido o novo Estado insurreto e de degolado Túpac Amaru em praça pública, em 1572. Outras revoltas foram insurgidas todavia organizadas com poucos recursos e homens, sem grandes conseqüências, com exceção da grande rebelião de Túpac Amaru II, no século XVIII.

Durante as duas primeiras décadas de domínio espanhol, o assentamento das cordilheiras bolivianas, posteriormente denominadas Alto Peru, foi capitulado por Carlos V

dividindo as porções entre as forças de Pizarro e Diego de Almagro, também espanhol. O território Inca fora dividido, portanto, em áreas de influência, ficando o norte sob o controle de Pizarro e o sul sob domínio de Almagro. O conflito entre os dois dirigentes eclodiu em 1537, tendo fim com a execução de Almagro por Pizarro em 1538. Três anos depois, o próprio Pizarro seria assassinado por antigos parceiros de Almagro.

O irmão de Pizarro, Gonzalo Pizarro, assumiu o controle do Alto Peru, mas logo se viu envolvido numa rebelião contra a coroa espanhola. Somente após a execução de Gonzalo, em 1548, a Espanha conseguir reafirmar sua total autoridade sobre a região e naquele mesmo ano, autoridades coloniais estabeleceram a cidade de La Paz, que logo transformou-se em um importante centro comercial.

A conquista das baixadas bolivianas foi atrasada pela resistência indígena. Somente em 1561 os espanhóis fundaram Santa Cruz de la Sierra, mas a região do Chaco permaneceu violenta durante todo o domínio colonial. Os índios da região, na sua maioria Chiriguanos, realizavam ataques esporádicos às bases espanholas, dificultando sua fixação.

Nota-se a estrutura de conquista que delinearía séculos depois os contornos da Bolívia. Em 1538 Francisco Pizarro destruiu o exército inca-lupaca, conquistando a região sul do Lago Titicaca. Ao final desse mesmo ano, os irmãos de Pizarro, Gonzalo e Hernano, adentraram o planalto sulino fundando dois povoados: Chuquisaca (atualmente Sucre) e um campo de mineração denominado Porco, conformando a região de Charcas também denominada Alto Peru.

Entretanto somente em 1545, é que a região se torna preponderante, ante à descoberta pelos mineradores de Porco, dos maiores depósitos de prata do continente, no Cerro Rico, que mais tarde abrigaria a importante cidade de Potosí.

Em 1548 Lima garantiu a passagem pela Estrada Chuquisaca-Potosí-Cuzco, criando a cidade de La Paz, no centro das terras Aymará. La Paz se tornaria um importante centro comercial e a partir daí inicia-se a conformação do eixo fundamental sul-norte no altiplano, que conduziria à interligação Buenos Ayres-Lima.

Quanto ao oriente, ainda em 1537, exploradores espanhóis do Rio da Prata alcançariam o Chaco e nas primeiras décadas estabeleceram acampamentos nessas regiões de Chuquitos e Mojos. Em 1561 fundaram Santa Cruz de La Sierra. Cumpre assinalar que essa região era muito violenta, em virtude de agressivos grupos indígenas, entre eles os Chiriguano e Tobas. A interferência espanhola na região se estruturou através da construção de fortificações permanentes. As tribos locais mantiveram-se livres do jugo espanhol até mesmo em fins do fim do período colonial (Klein – 1991:30).

O MODO ADMINISTRATIVO COLONIAL

Durante quase todo o período de domínio espanhol, o território boliviano fora chamado de "Alto Peru" ou "Charcas", estando submetido à autoridade do vice-reino de Lima. Em meados do século XVII, praticamente 99% das exportações da América hispânica eram prata, retirada sobretudo das montanhas de Potosí. O mundo ocidental nunca havia visto tanta riqueza.

A prata boliviana financiava e atiçava a cobiça dos exploradores espanhóis, que vinham de longe para lograr um bocado da imensa riqueza proveniente da prata. Potosí tornou-se uma imensa cidade, por algum tempo a maior do hemisfério ocidental. Mas a

prata americana passava pelas mãos do império espanhol e logo se esvaía para as mãos dos credores do reino.

Eduardo Galeano em seu livro *As Veias Abertas da América Latina*, em sua sentença metafórica traduz o modo como operava a Espanha e o sistema financeiro mundial vigente, onde "a Espanha tinha a vaca, mas os outros tomavam o leite", referenciando o endividamento da Espanha frente aos bancos de outros países, sintetizando a dinâmica econômica do mundo colonial.

A longevidade do Império Espanhol na América do Sul pode ser explicada parcialmente pela bem sucedida administração de suas colônias. A Espanha estava inicialmente interessada em controlar os conquistadores de “mente independente”, mas o seu objetivo principal logo se tornou o de manter o fluxo de receita para a coroa e coletar os tributos e mercadorias e o trabalho das populações indígenas.

De modo a administrar e manter a estrutura colonial, a Coroa criou uma intrincada rede burocrática com instituições hierarquicamente superiores, que supervisionavam oficiais locais, que tinham autonomia.

O Alto Peru configurava parte do Vice-reino do Peru sendo que o vice-rei era auxiliado pela Audiência³, que simultaneamente era a maior corte de apelo na jurisdição e, na ausência do vice-rei, também tinha poderes executivos e administrativos. A riqueza do Alto Peru e a grande distância de Lima convenceram as autoridades de Lima a criar a Audiência na cidade de Chuquisaca, atualmente Sucre, em 1558. Chuquisaca havia se tornado particularmente importante sendo o centro administrativo e fornecedor agrícola de Potosí. A jurisdição da Audiência, conhecida como Charcas, cobria inicialmente uma área

³ “La Real Audiência de Charcas fue criada por Cédula de 18 de septiembre de 1559, dada em Valladolid; sus limites fueron fijados por Cédula de 29 de agosto de 1563.” (MESA, J.; GISBERT T.; e MESA GISBERT, C. – 155:2003)

de 100 léguas (1.796 km²) envolta de Chuquisaca, mas logo incluiu Santa Cruz e territórios pertencentes atualmente ao Paraguai e, até 1568, todo o distrito de Cuzco.

O presidente da Audiência tinha autoridade jurídica, poderes administrativos e executivos na região, mas só para assuntos rotineiros. Decisões mais importantes eram tomadas em Lima. Essa situação culminou em uma atitude competitiva e em uma reputação positiva para o Alto Peru, uma condição reforçada pela importância econômica da região.

O principal vice-rei do Peru e verdadeiro organizador da infra-estrutura capaz de extrair em escala a prata da região, foi Francisco Toledo. Quinto vice-rei do Peru que fora encarregado por Felipe II a organizar a administração do território, sendo o ponto culminante de seu governo sua inspeção no Alto Peru (1572-1576), quando criou a Casa da Moeda em Potosí.

“Toledo é o verdadeiro fundador de Potosí, pois em 1545 não se havia feito nenhuma ata e o traçado da cidade deixava muito a desejar, por ser um simples acampamento mineiro.”

(Tradução livre - MESA, GISBERT e MESA GISBERT – 2003:121)

Da necessidade de organizar uma força trabalhadora capaz de por em funcionamento e gerir a extração de minério, muitas foram as tentativas, desde a escravidão ao trabalho assalariado, porém a mita⁴, exigida como se fosse uma espécie de imposto, é que proporcionou a mão-de-obra capaz de assegurar a empreitada.

⁴ “M’ita – forma de trabalho comunitário.” (ARANDA 1997:56)

A infra-estrutura e a extração do minério eram muito custosas e dependiam de muitos trabalhadores. Com os salários pagos aos trabalhadores livres até 1570, os lucros não eram tão robustos quanto pretendia a Coroa. Toledo portanto lançou mão da “mita” para conseguir mão-de-obra compulsória.

“Um sétimo dos adultos do sexo masculino era obrigado a servir um ano nas minas. Isso proporcionava uma mão-de-obra anual de 13.500 homens que trabalhavam em rodízio.” (Klein – 36:1991)

O emprego do mercúrio, também foi uma determinação de Toledo, conseguindo aumentar a pureza da prata extraída. O uso dessa tecnologia possibilitou maior produtividade e conseqüentemente mais rendimento das minas.

Outra modificação estrutural social aplicada por Toledo, diz respeito ao controle sobre a população indígena. Obrigou que o imposto devido pelos indígenas fosse pago em moeda, convertendo a modalidade anterior, onde era possível o pagamento em produtos. Essa reestruturação de cunho tributário implicou na monetarização da estrutura econômica interna à colônia, abalando o modo econômico indígena baseado pela agricultura e o escambo.⁵

Do ponto de vista territorial, Toledo fomentou o surgimento de Cochabamba (1571) – que possibilitou o controle dos índios Quéchuas estabelecidos majoritariamente nos Valles, tornando a região a maior produtora de milho e trigo. Fundou ainda as cidades de

⁵ “Isso obrigou os indígenas a ingressarem na economia espanhola, pois só era possível obter moeda para o pagamento dos impostos através da comercialização de produtos ou da venda da força de trabalho em troca de salário” (Klein – 1991:34).

Tarija (1574) e Tomina (1575), com a intenção de proteger a fronteira leste dos Chiriguanos.

Em 1595 foi descoberta uma segunda grande área de mineração na região indígena de Uru, e por volta de 1670 a cidade de Oruro estabelecida em seu entorno, atingiu sua população máxima, aproximadamente 80.000 habitantes. Ante à impossibilidade de se reproduzir o modelo baseado na “mita”, a força de trabalho da região contava principalmente com mão-de-obra assalariada, diminuindo a importância da exploração de minério face à baixa lucratividade.

A organização territorial do Alto Peru fomentada por Toledo, propiciou o crescimento maciço da exploração da prata em Potosí. Estima-se que a população dessa cidade tenha atingido 150.000 habitantes. Considerando-se que a região era árida, quase tudo tinha de ser trazido de outras regiões ou países, desse modo constituiu-se como pólo que agregava outras regiões, fomentando a estruturação de uma cadeia de transportes e suprimentos. Cochabamba destacava-se como produtora de alimentos e La Paz no cultivo de coca e na criação de animais.

O DECLÍNIO DA MINERAÇÃO DE PRATA

O declínio da mineração ocorreu entre 1650 e 1750, implicando em uma acentuada queda das populações urbanas de todas as principais cidades, com exceção de La Paz, que se afirmou como um dos principais centros administrativos e comerciais. Com

40.000 habitantes, La Paz se tornou a cidade mais populosa do Alto Peru, na metade do século XVIII, em grande parte pelo crescimento dos mercados indígenas regionais.

Ainda que o declínio da produção de prata implicasse na estagnação econômica da região, as minas continuavam produzindo, sem a produtividade do século anterior, reduzindo relativamente a importância da região para a Coroa, mas ainda provocava disputas por seu controle.

A luta pelo controle da Audiencia de Charcas se deu entre Lima e novos grupos de comerciantes de Buenos Aires.

Em 1776 a Coroa decidiu o conflito em favor de Buenos Aires. Diante desse novo controlador, o Vice-reino da Prata, a Audiencia de Charcas respondia diretamente a Buenos Aires, implicando em novo direcionamento da produção de Potosí, agora ao sul do continente.

No final do século dezoito, a Espanha iniciou uma reforma administrativa para aumentar a receita da coroa e para eliminar os inúmeros abusos. Criou o sistema de intendências, dando poderes extensivos para funcionários altamente qualificados que respondiam diretamente ao rei.

Em 1784, a Espanha estabeleceu quadro intendências distritais no Alto Peru, cobrindo as atuais repartições administrativas de La Paz, Cochabamba, Potosí e Chuquisaca.

A Coroa Espanhola, inicialmente, controlou os governos locais indiretamente, mas centralizou seus procedimentos enquanto o tempo passava.

O aumento do descontentamento dos Índios com o governo colonial rebentou com a grande revolta de Túpac Amaru II. Em Novembro de 1780, Túpac Amaru II e os seus seguidores capturaram e executaram alguns corregedores particularmente cruéis. Apesar de

Túpac Amaru II insistir que seu movimento reformista não procurasse a queda do domínio da Metrópole, as suas exigências incluíam a criação de uma região autônoma.

À revolta juntaram-se aproximadamente 60.000 Índios dos Andes peruanos e bolivianos. Depois de algumas vitórias, que incluíram vencer um Exército Espanhol de 1.200 soldados, Túpac Amaru II foi capturado e morto em Maio de 1781, porém a revolta continuou, principalmente no Norte do Peru.

O chefe índio Tomás Catari moveu uma revolta em Potosí durante os primeiros meses de 1780. Catari foi morto pelos espanhóis um mês antes da morte de Túpac Amaru II.

Outra grande revolta foi chefiada por Julián Apaza, um sacristão que adotou os nomes dos dois mártires rebeldes e autodenominando-se Túpac Catari, cercou La Paz durante mais de 100 dias. A Espanha apenas conseguiu acabar com as revoltas em 1783, executando milhares de índios.

Herbert Klein considera a rebelião de Túpac Amaru a última tentativa indígena de autonomia na região antes do século XIX.

“Rebeliões posteriores e a conquista definitiva de independência iriam partir dos crioulos e teriam um caráter nitidamente não-indígena” (KLEIN 56:1991).

Nos finais de século XVIII, aumentou o descontentamento dentro dos descendentes puros de Espanhóis nascidos no Novo Mundo. Os denominados Crioulos começaram a assumir papéis ativos na economia, especialmente nas produções mineira e

agrícola, e assim começaram a ressentir-se das barreiras comerciais impostas pelas políticas mercantilistas da coroa Espanhola. Soma-se a isto, o fato de que os Crioulos não poderiam exercer os altos cargos administrativos, pois esses eram reservados para as pessoas nascidas na Espanha, denominadas Peninsulares. O Iluminismo, com sua ênfase na razão, era um dos fundamentos para o questionamento da autoridade e da tradição.

Embora o Alto Peru fosse essencialmente leal à Espanha, os ideais iluministas e de independência da Espanha continuaram a ser discutidos por grupos dispersos que se organizaram e teriam participação preponderante nos anos seguintes e na luta por independência.

CAMINHO DA INDEPENDÊNCIA

Como a autoridade real enfraqueceu-se durante as Guerras Napoleônicas, o sentimento contra o domínio colonial cresceu. A independência foi proclamada em 1809, contudo, dezesseis anos de luta se seguiram antes do estabelecimento da república boliviana, assim denominada em homenagem a Simón Bolívar, em 6 de agosto de 1825.

A invasão da Península Ibérica em 1807-08 pelas forças de Napoleão provou ser crítica para a luta de independência da América do Sul. A derrubada da dinastia Bourbon e a colocação de José Bonaparte no trono espanhol testaram a lealdade das elites locais do Alto Peru, que rapidamente foram confrontados por autoridades conflitantes. A maioria permaneceu fiel à Espanha. Tomando uma atitude de cautela, apoiaram a Junta Central na Espanha, um governo no nome do abdicado Fernando VII. Alguns liberais avidamente

viram com bons olhos as reformas no domínio colonial propostas por José Bonaparte. Outros apoiaram as alegações de Carlota, irmã de Fernando, que governou o Brasil com seu marido, João VI de Portugal. Finalmente, um número de Criollos queriam a independência do Alto Peru.

Esse conflito de autoridades resultou em uma luta local de poder no Alto Peru entre 1808 e 1810 e constituiu a primeira fase dos esforços para alcançar a independência. Em 1808 o presidente da Audiência, Ramón García León de Pizarro, ordenou afiliação com a Junta Central. Os juizes conservadores da audiência eram influenciados, entretanto, pela filosofia autocrática real e recusaram-se a reconhecer a autoridade da junta por entendê-la como uma conseqüência da rebelião popular. Em 25 de maio de 1809, as tensões cresceram quando alguns Criollos, também se recusando a reconhecer a autoridade da Junta fomentaram uma revolta que foi logo dispersa pelas autoridades. Em 16 de julho de 1809, Pedro Domingo Murillo liderou outra revolta de Criollos em La Paz e proclamou um Estado independente do Alto Peru sob o domínio de Fernando VII.⁶

A lealdade a Fernando foi um pretexto usado para legitimar o movimento de independência. Em novembro de 1809, Cochabamba, Oruro, e Potosí uniram-se a Murillo. Embora a revolta tenha sido derrubada pelas forças reais que foram enviadas a La Paz pelo vice-rei do Peru, e para Chuquisaca pelo vice-rei do Rio da Prata, o Alto Peru nunca mais foi totalmente controlado pela Espanha.

Durante os sete anos seguintes, o Alto Peru tornou-se campo de batalhas das forças da Independente República da Argentina e das forças monárquicas do Peru. Embora

⁶ Segundo Klein esse expediente fora utilizado por todos os líderes rebeldes posteriores para legitimar seus movimentos de independência. (KLEIN 1991:62)

os monarquistas tenham repellido quatro invasões argentinas, guerrilheiros controlaram a maior parte do campo, onde formaram seis maiores Republicuetas⁷, também denominadas zonas de insurreição. Nessas áreas, o patriotismo local eventualmente se desenvolvia em luta pela independência.

Fracassadas as intervenções militares dos três Exércitos Auxiliares, Pezuela, comandante espanhol que tentou derrotar Roundeau, diante da aparição de grupos guerrilheiros em quase todo o território do Alto Peru, organizou uma violenta intervenção entre os anos de 1815 e 1816. E apesar de lutarem heroicamente, os principais líderes, como Padilla, Vicente Camargo e Ignacio Warnes acabaram derrotados pelos espanhóis.

Diante das catastróficas conseqüências de todas as tentativas de independência, o Alto Peru sucumbiu a uma crise no campo e em sua principal atividade econômica, que era a mineração. A região manteve-se isolada das principais lutas de libertação do continente.

Mas se no Alto Peru a luta por independência estava estagnada, o mesmo não ocorria no resto da América do Sul. Simon Bolívar restabeleceu seu movimento revolucionário na Venezuela, e a Argentina proclamava sua independência no Congresso de Tucumán. Em 1817 San Martin chega ao Chile libertando-o do domínio espanhol em 1818 na Batalha de Maipu.

⁷ “As cidades mantinham-se sob o domínio monarquista, mas os rebeldes controlavam uma parte importante do campo e alinharam-se às invasões republicanas vindas da Argentina. Até 1816 essas forças de oposição foram apoiadas por todas as classes sociais, incluindo os camponeses.” (KLEIN – 1991:63).

INDEPENDÊNCIA

Simón Bolívar, em 6 de agosto de 1824 derrotou o exército espanhol do General José de Canterac. Essa vitória foi o passo decisivo para a batalha de Ayacucho.

O general Sucre, atendendo a designação de Simón Bolívar, decide continuar a campanha militar no Peru, e em 9 de dezembro de 1824, as forças de independência obtém uma espetacular vitória em Ayacucho. Com a capitulação do vice-rei La Serna se reconheceria a "Independência do Peru e América".

A partir do triunfo de Ayacucho e seguindo precisamente as instruções de Bolívar, o general Sucre entra em território boliviano em 25 de fevereiro de 1825. Seu papel se limitou a cancelar a legalidade de um processo que já havia sido posto em marcha pelos próprios bolivianos.

Sucre se torna presidente boliviano em 1825, mas o destino da Bolívia estava sujeito a três possibilidades: prosseguir a unidade com Buenos Aires; incorporar-se ao conjunto das Províncias Unidas do Alto Peru; ou sustentar sua independência absoluta.

A ata de independência redigida pelo presidente do Congresso, José Mariano Serrano, foi declarada por 7 representantes de Charcas, 14 de Potossi, 12 de La Paz, 13 de Cochabamba e 2 de Santa Cruz.

A independência não trouxe estabilidade ao recém formado país e por quase sessenta anos, golpes e constituições de curta duração dominaram a política boliviana.

Um crescimento do preço da prata no mundo trouxe para a Bolívia relativa prosperidade e estabilidade política no final do século XIX.

A criação do país denominado Bolívia configura-se pela independência alcançada pelo líder estrangeiro Sucre, que apesar de fiel amigo de Bolívar, não estava interessado na construção de uma grande pátria continental.

Essa idéia de Bolívar estava em xeque devido aos conflitos que cresciam entre o Estado da Grã-Colômbia e o recente regime peruano.

Ao sul, a Argentina apresentava-se contrária à idéia de unificação latino-americana e ainda as próprias elites peruanas não se sentiam seguras com Bolívar, enfraquecendo uma eventual demanda pela incorporação do Alto Peru.

Por outro lado, a criação de um novo Estado no Alto Peru, afastava do Peru a agressividade da Argentina, ensejando criação de um país que inicialmente se configurou como verdadeiro território “tampão”.

CONFEDERAÇÃO PERUANO-BOLIVIANA

Após o curto período de independência, retorna a instabilidade na Bolívia instalada com a renúncia de Sucre, em 1828. No ano seguinte, o Marechal Andrés de Santa Cruz foi nomeado presidente pela Assembléia Nacional, e se torna a figura principal no sentido de consolidar a independência da Bolívia, todavia era um dos partidários da união entre Peru e Bolívia no intuito de construir uma grande nação. Fora certamente influenciado pelo ideal de Bolívar.

Previsível o fato de que uma nação das proporções territoriais da Confederação Peruano-Boliviana provocasse represálias por parte do Chile e Argentina.

Ademais se deve notar que determinados segmentos da elite do Peru – especialmente da região costeira – e da própria Bolívia sentiam-se ameaçadas.

Se diante da força alcançada por Bolívar na região, Sucre entendeu mais acertada a criação da Bolívia, certamente fundamentando sua decisão pela estabilidade, o fato se confirmou ante a empreitada de Santa Cruz, que sucumbiu em 1939 na Batalha de Yungay.

Esse período é especialmente interessante à conformação territorial boliviana, uma vez que ensejada pela homogeneidade de identidade entre o Peru e a Bolívia. Essa semelhança dos dois países, seja em termos culturais, históricos e sociais, apoiados pelo próprio modo das várias configurações jurisdicionais, onde pode-se citar, administração pelo Império Inca, pelos colonizadores – *in casu* vice-reinado do Peru – caracterizam a mais clara possibilidade de criação de uma nação. Ou seja, a afinidade entre os ocupantes dos territórios e a região pressupõe a clara convergência favorável à criação de um país único. Essa idéia tem suporte em Bolívar e Santa Cruz, mas esse foi e ainda é um país *nati*-morto, claramente pela oposição dos países vizinhos.

Hoje, a idéia de criação de uma confederação, ou unificação entre Peru e Bolívia, ainda teria respaldo no sentido do aproveitamento dessa identidade, que vem cindida desde a decisão que integrou o Alto Peru ao vice-reino da Prata.

Se do ponto de vista geopolítico, a criação de um grande país com o território do Peru e da Bolívia unidos, teve a participação de interesses exteriores. A fundação da Bolívia propriamente dita, deve ser considerada a partir do fim da Confederação Peruano-Boliviana, uma vez que precipita um modo específico de dominação de sua população

exclusivamente dentro de seus limites. Nasce uma jurisdição cujo “juízo” era emanado a partir das elites sobre a população em território determinado.

Posterior à queda do Marechal Santa Cruz, sucederam José Miguel de Velasco, José Ballivián, Manuel Isidoro Belzu, José María Linares Lizarazu – em seu governo observou-se a organização da Justiça e Administração do Estado, e em 1859 publicou o primeiro mapa da Bolívia⁸, traçado por Lucio Camacho a partir da base de dados produzida pelos Generais Mariano Mejía e Juan Ondarza.

A Bolívia nasce a partir de sua Independência, e os contornos territoriais são definidos através de acordos que desde Tordesilhas até o século XIX, sugerem a evolução de sua fronteira conforme os tratados que se seguiram: Madrid de 1750, Santo Ildefonso em 1777 e de Badajoz em 1801. Após a independência das colônias espanholas, o Brasil e Bolívia pactuam através do Tratado de Ayacucho de 1867, seus limites com o Mato Grosso e na região do Acre.

O fim da Confederação Peruano-Boliviana define sua configuração territorial separada do Peru, mas a integração e o comando sobre esse território concretizam-se aos poucos, golpe após golpe. Do período observa-se claramente a luta entre as elites pelo domínio de exploração do território, legando ao indígena papel secundário, sempre explorado, vassalo ou semi-escravo.

Posteriormente ao Tratado de Ayacucho, seus limites serão definidos a partir da degeneração territorial, através de disputas vencidas pelos países vizinhos.

⁸ Segundo Claude Raffestin "Espaço e território não são equivalentes", sendo que o autor ressalta que a Cartografia Moderna criada na renascença representava instrumento de poder e do poder, ensejando um sistema sêmico euclidiano (superfície, ponto e linha). (Raffestin, 1980)

GUERRA DO PACÍFICO

Havia muitas controvérsias acerca dos reais limites entre os países depois da descolonização. Todas as novas nações herdaram os interesses imperialistas do já combalido império espanhol. Bolivianos e chilenos discordavam quanto à soberania da região, embora toda ela já estivesse sendo explorada por companhias chilenas dotadas de capital britânico. O Chile tinha uma economia mais robusta e instituições mais fortes que a maioria dos outros países latino-americanos. No entanto, quando da proclamação da Independência, Simón Bolívar deixou claro que a Bolívia herdara dos espanhóis uma saída soberana para o mar.

Em 1866 foi assinado um tratado entre Chile e Bolívia estabelecendo limites territoriais que delimitaria suas fronteiras litorâneas. Foi fixado o 24º paralelo como limite entre os dois países que repartiriam os tributos cobrados sobre a extração de recursos que jazessem entre o 23º e 24º paralelos⁹.

Um segundo tratado foi assinado em 1874, fundamentando a cessão dos tributos da produção das jazidas entre o 23º e 24º paralelos, inteiramente para a Bolívia, todavia garantindo taxas fixas às companhias chilenas por um período de 25 anos. As companhias chilenas se expandiram dominando a indústria da exploração mineira, comprometendo o controle do território pela Bolívia.

O clima seco da região litorânea onde se encontrava a saída para o mar da Bolívia recebia o acúmulo de imensas quantidades de depósitos de nitratos acumulados através de milhares de anos. Era o guano e a partir de 1840 percebeu-se que esses recursos

⁹ É sob o governo de Malgarejo, segundo vários autores, que estabelece-se a fragilidade, que posteriormente implicaria nas preponderantes perdas territoriais bolivianas. Esse lendário personagem boliviano reflete o modo trágico com o qual se governou esse país em seu momento pós-independente e pode refletir a instabilidade territorial e conseqüente perda de territórios no período. Artigos revelam que o mesmo fora flexível em muitas negociações de territórios em troca de presentes e condecorações.

serviam como fertilizantes para a agricultura e podiam ser usados na fabricação de explosivos. Esse fato somado à questão estratégica tornou a área ainda mais valorizada uma vez que propiciava material cobiçado mundialmente.

Há que lembrar que a própria Espanha perde parte do litoral peruano na chamada Guerra das ilhas Chincha, quando foi expulsa por forças chilenas e peruanas. Por volta de 1870, houve a estatização da exploração de guano pelo Peru contrariando interesses britânicos na região.

Em 1878 o então presidente boliviano Hilarión Daza decretou um aumento de taxas sobre as companhias chilenas que operavam no território boliviano compreendido entre o 23° e 24° paralelo, que deveria retroagir a 1874.

Quando a empresa Antofagasta Nitrate & Railway Company se contrapôs ao aumento, negando-se a pagar, o governo boliviano em consequência determinou o seqüestro dos bens da empresa, anunciando o leilão para 14 de fevereiro de 1878. Neste dia soldados chilenos desembarcaram e ocuparam Antofagasta, sem reação alguma por parte boliviana. Somente em Março de 1879 a Bolívia declarou guerra ao Chile, quando invocou uma aliança secreta que mantinha com o Peru, que também mostrava preocupação com a preponderância do controle do Chile sobre a região. Em Abril de 1879 o Chile após tentativas de acordos na esfera diplomática declararia guerra contra o Peru.

A hegemonia marítima do Chile foi determinante para sua vitória, que além da conquista de parte do litoral boliviano, chegou até Lima, que ficou sob seu domínio até sua rendição.

Em 20 de outubro de 1883, Peru e Chile assinaram o Tratado de Ancón, pactuando a cessão da província de Tarapacá ao Chile, e a ocupação das províncias de

Tacna e Arica por 10 anos, quando posteriormente se realizaria um plebiscito decidindo a nacionalidade da região¹⁰.

Em 1884 a Bolívia assinou uma trégua que deu total controle de sua costa litorânea ao Chile. Um tratado em 1904 pactuou este arranjo permanentemente, deixando em definitivo a saída para o mar da Bolívia sob controle do Chile, que deveria construir uma ferrovia ligando La Paz ao porto de Arica, garantindo liberdade de trânsito ao comércio boliviano pelos portos chilenos.

A QUESTÃO DO ACRE

O território do Acre, incorporado ao território brasileiro, pertencia à Bolívia e é mais um exemplo da instabilidade territorial boliviana. Em função do extrativismo da borracha, trabalhadores brasileiros adentraram no Acre em busca das seringueiras povoando-o, fato que gerou conflitos fronteiriços entre a Bolívia e o Brasil. Desde Tordesilhas até o século XIX, o atual estado do Acre fazia parte da América espanhola, fato reiterado pela evolução de sua fronteira conforme os tratados que se seguiram: Madrid de 1750, Santo Ildefonso em 1777 e de Badajoz em 1801.

Após a independência das colônias espanholas, o Brasil reconheceu aquela área como boliviana pactuando os limites através do Tratado de Ayacucho assinado em 1867.

¹⁰ Os dois países nunca concordaram com os termos do plebiscito. Somente em 1929, com a mediação do presidente estadunidense Hoover, o Chile ficou com Arica e o Peru readquiriu Tacna recebendo uma indenização em dinheiro.

Todavia, a região até então não estava ocupada pela Bolívia, preponderante pela precariedade do acesso, bem como pelas dificuldades econômicas e políticas bolivianas. O caminho mais prático para se chegar à região, sem dúvida, era pelo território brasileiro, ou seja, através dos rios da bacia amazônica.

As questões começaram a se acirrar ante a abundância de seringueiras, de onde se extraía o látex, matéria-prima fundamental à produção da borracha. O ciclo da borracha que se iniciava ante a demanda internacional pelo produto, fomentou a ocupação da região onde atualmente se localiza o Estado Brasileiro do Acre em 1852, sendo o apogeu da imigração ao território boliviano em 1877.

O então presidente Aniceto Arce, da Bolívia, foi alvo de um golpe de estado comandado pelo Coronel José Manuel Pando. Arce se refugiou no Acre, possibilitando notar que a ocupação da área por brasileiros já ameaçava o controle da região.

As autoridades bolivianas foram alertadas iniciando incursões na esfera diplomática. Os esforços bolivianos para a ocupação da região se iniciaram em 1899, com o envio de uma missão e a fundação de um posto alfandegário em Puerto Alonso, que foi o estopim para uma revolta armada de colonos brasileiros, que expulsaram a missão.

Ante a impossibilidade econômica para ocupação da região, a Bolívia firmou um verdadeiro arrendamento do Acre através da criação de um sindicato com magnatas norte-americanos, denominado *Bolivian Syndicate*, e legava à empresa controle total sobre a região, inclusive delegando o poder de polícia. Esse era um expediente utilizado à época com mais frequência em territórios africanos denominado *chartered companies*. O historiador boliviano Hernán Messutti Rivera comenta nesse sentido:

“A Bolívia não tinha dinheiro para desenvolver seu território, porque perdeu o mar e enfrentava diversos conflitos. Então, o governo planejou participar de uma sociedade anônima para a exploração dos recursos naturais, que, estes, sim, eram vastos”¹¹.

O Barão do Rio-Branco comentou a concessão boliviana ao *Bolivian Syndicate* como uma “monstruosidade legal”. Para resolver a questão, a diplomacia de Rio-Branco foi fundamental, quando buscou desarticular o *Bolivian Syndicate* a partir do apoio da Casa Rothschild, de Londres. Convenceu os investidores norte-americanos a desistirem do negócio por uma compensação de 110 mil libras esterlinas.

A dissolução do *Bolivian Syndicate* foi uma dura derrota ao governo boliviano, que procurou enviar tropas para a região. Tal fato implicaria em derramamento de sangue de cidadãos brasileiros, importando na necessidade de uma reação do Estado brasileiro. Evidencia-se que os dois lados um confronto direto seria custoso, uma vez que a Bolívia já vinha derrotada da Guerra do Pacífico, e para o Brasil eventual vitória seria imputada como ato de covardia.

Para resolver a Questão do Acre, o governo da Bolívia lavrou com o governo brasileiro o Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. Segundo o mesmo, a posse das terras e florestas do Acre passavam definitivamente para o domínio do Brasil em troca de terras de Mato Grosso, pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir uma ferrovia que superasse o trecho encachoeirado do rio Madeira e que possibilitasse o acesso das mercadorias bolivianas (sendo a borracha o

¹¹ RIVERA, H. M. Entrevista concedida a Altino Machado, Rio Branco, 2007 – A Tribuana.

principal), aos portos brasileiros do Atlântico (inicialmente Belém do Pará, na foz do rio Amazonas).

GUERRA DO CHACO

O presidente Daniel de Salamanca perde sua maioria no Congresso, nas eleições de 1931, em meio a uma forte crise econômica que assolava o país. Em 1º de julho de 1931 rompeu relações diplomáticas com o Paraguai depois de um pequeno desentendimento na fronteira entre os dois países.

Atribui-se o fundamento da guerra à disputa por campos petrolíferos entre Standard Oil of New Jersey (EUA) e Royal Dutch-Shell (Anglo-holandesa) que possuíam direito de exploração na Bolívia e no Paraguai respectivamente. Todavia Andrade fundamenta com propriedade a Crise Mundial de 1929, que abalava a economia boliviana de modo extremo. (ANDRADE 31:1991).

Em julho de 1932 iniciou-se a guerra, cujas razões se revelam pela disputa de um território onde se deduz a descoberta de petróleo. Todavia o fato da Bolívia haver perdido sua saída para o mar, e o Acre, fato que inviabilizaria o escoamento de sua produção via Rio Madeira, tornava preponderante dominar uma saída pelo Rio Paraguai, cuja perda tornaria a Bolívia ainda mais encapsulada pelos países vizinhos, fato que acabou acontecendo.

Uma das principais razões para a perda da guerra é a própria condição econômica em que se encontrava o país. Outro fator importante é que o exército era

formado principalmente por indígenas do Altiplano, que encontravam sérios problemas com relação à adaptação climática na região do litígio.

Em 25 de novembro de 1934, o presidente Salamanca é deposto pelos oficiais do exército boliviano, sendo o vice-presidente Tejada Sorzano empossado, tratando prontamente de assinar a paz com o Paraguai, finalizando um conflito que deixou mais de 65.000 soldados bolivianos mortos.

Aproximadamente 240.000 quilômetros quadrados de seu território passam ao domínio do Paraguai.

Esse breve resumo relativo à Guerra do Chaco narra a derradeira perda territorial sofrida pela Bolívia, configurando a constituição de seus limites pela degeneração territorial. Se essa última derrota estabelece finalmente os limites bolivianos em consonância com a definição de Estado moderno, significa também o início da constituição desse país enquanto nação, impondo uma percepção de identidade nacional até então alheia à sociedade que vivia entre as fronteiras primordiais desenhadas a partir da independência boliviana.

Era o fim de um regime dinástico cujo monarca inexistia fisicamente, seja pela sua distância, na época colonial, ou pela inércia da antiga estrutura nos primórdios da independência. Com a Guerra do Chaco a questão da soberania passa a ser projetada quando as fronteiras, que representam o Estado moderno, são impostas por outros países e o regime dinástico “imaginário” desintegra-se.

Segue uma elaboração cartográfica temática que ilustra essa dinâmica degenerativa do território a partir do Tratado de Ayacucho em 1867.

TERRITÓRIO DA BOLÍVIA A PARTIR DO TRATADO DE AYACUCHO - 1867

Fonte: Elaboração própria com dados MESA, J., GISBERT, T, GISBERT C., *História de Bolívia*, La Paz, 2003, Editora Gisbert; e KLEIN, H. S. *Bolívia: do Período Pré-Incaico à Independência*. São Paulo, 1991. Brasiliense.

GUERRA DO PACÍFICO E A PERDA DA SAÍDA PARA O MAR - 1884¹²

Fonte: Elaboração própria com dados MESA, J., GISBERT, T., GISBERT C., História de Bolívia, La Paz, 2003, Editora Gisbert.

¹² Em 1884 foi assinada uma trégua que dá o controle do litoral ao Chile.

TERRITÓRIO QUE ENVOLVEU A QUESTÃO DO ACRE - 1903

Fonte: Elaboração própria com dados MESA, J., GISBERT, T., GISBERT C., História de Bolívia, La Paz, 2003, Editora Gisbert.

TERRITÓRIO PERDIDO COM A GUERRA DO CHACO - 1935¹³

Fonte: Elaboração própria com dados MESA, J., GISBERT, T., GISBERT C., História de Bolívia, La Paz, 2003, Editora Gisbert.

¹³ Em 1938 se firmou o tratado de paz em Buenos Ayres que estabeleceu definitivamente os limites entre Bolívia e Paraguai.

TERRITÓRIO BOLVIANO ATUAL

Fonte: Elaboração própria com dados MESA, J., GISBERT, T, GISBERT C., História de Bolívia, La Paz, 2003, Editora Gisbert.

CAPÍTULO II

IDENTIDADE NACIONAL BOLIVIANA

GUERRA DO CHACO E A IDENTIDADE NACIONAL

O fim da Guerra do Chaco, além de resultar em perda de território, apontou a superação do sistema vigente desde 1880, marcando o fim da expansão da indústria mineira cuja produtividade já declinava, apresentando os primórdios da exploração de um outro recurso mineral que terá conotação preponderante na crise atual, ou seja, petróleo e gás.

As duas principais perdas territoriais bolivianas até então, saída para o Pacífico e o Acre, possuem uma trágica matriz fundamental.

A instabilidade política representava disputas entre as elites do país, e a crise econômica não permitia planificar um processo conciso de ocupação do território. Como resposta a esses problemas a única solução encontrada fora a “terceirização” de seu território a um ente econômico, sempre internacional, em troca de tributos. O final trágico, em ambos os casos precipitam um círculo vicioso, que tornou o país cada vez mais sufocado, enfraquecido e dependente.

A Bolívia posterior à Guerra do Pacífico conotava uma terra enclausurada, e uma das razões da Guerra do Chaco, segundo Gumucio, era providenciar um porto sobre o Rio Paraguay:

“...no logro tampoco el único objetivo que habría paliado em cierta medida la carniceria: un puerto sobre el rio Paraguay para romper

la angustiante asfixia de la mediterraneidad impuesta por Chile desde 1879.” (GUMUCIO – 48:1996)

Essa passagem da história boliviana que também remonta à degeneração de seu território, travada entre Bolívia e Paraguai - A Guerra do Chaco - ocorreu entre 1932 e 1935.

Ante à incapacidade de ocupar seu território há que se ressaltar a característica de organização das elites bolivianas no período, que manobravam a maioria da população, ou seja, os indígenas, sem contrapartida alguma. O período entre Guerras – Pacífico e Chaco – aponta para uma abertura econômica para investimentos no setor de mineração de estanho e integração física territorial por um plano de construção de estradas de ferro, que todavia, do ponto de vista social aumentou a exclusão. Segundo Camargo:

“No plano interno , o novo regime pautou-se pela exclusão social e racial, pondo em prática políticas – como o mencionado confisco das terras comunitárias indígenas... Historiadores como Carlos Mesa não hesitam em qualificar textualmente o modelo sócio-político do período como “apartheid”, segregação institucionalizada, mais de meio século antes de ter o termo sido cunhado, na África do Sul”(CAMARGO 127:2006)

Ora, se as elites não entendiam os indígenas como população, não era viável promover a ocupação de seus territórios de modo satisfatório. Se o eixo configurado entre sul e norte do Altiplano projetado pelo colonizador, desde os áureos tempos de Potosí se replicava, e era palco das disputas de poder, os territórios mais longínquos ficavam fragilizados e à mercê dos interesses de países vizinhos. Quando o guano passou a apresentar viabilidade econômica observou-se impossibilidade de administrar a região, fato análogo ocorrido com a importância dos seringais na região do Acre.

Esse país segregado do ponto de vista populacional, dominado por uma pequena elite oligárquica, que não conseguiu alinhar a construção de uma nação que subentende território e população, viria a perder novamente parte importante de sua configuração territorial inicial. A Guerra do Chaco pode ser entendida como o “marco fundamental” no sentido de configurar uma verdadeira nação boliviana.

Augusto Céspedes salienta que da perda do Chaco não surgiu uma consciência nacional, mas de desordem um contexto que possibilitou encubá-la¹⁴. Considera ainda que fundou uma etapa de transição cujo desfecho se assenta na Revolução de 1952.

Andrade entende que ao contrário do esperado pela burguesia boliviana, a guerra tornou-se um acelerador da sua própria crise estimulando o surgimento de uma oposição de setores sociais que foram mais atingidos pela guerra (ANDRADE 33:1991). Indicando todavia, que no interior do exército, durante a guerra, mantinha-se a discriminação de oficiais e suboficiais brancos e mestiços contra soldados-índios.

¹⁴ Céspedes, Augusto *apud* CAMARGO, A. J. – Bolívia – Criação de um país – Brasília 2006, Fundação Alexandre Gusmão.

Lembra Camargo, que a vida comum entre brancos urbanos e índios, propiciou em muitos casos o primeiro contato de convergência e convivência entre as classes. (CAMARGO – 139:2006).

Talvez o fato mais importante, no sentido de agregação populacional e integração do território seja o encontro do Altiplano e dos Lhanos, que se uniram e lutaram juntos nos campos de batalha.

Segundo Urquidi:

“Diferentemente do que ocorreu na Guerra do Pacífico, onde a participação estatal e a convocação social boliviana foram escassas, para o Chaco acudiu gente de todos os cantos do país, que se uniu e se reconheceu como pertencente a um mesmo território que tinha de ser defendido”¹⁵.

Esse esforço por unificação territorial pode ser verificado no discurso de Moniz Bandeira que converge com o motivo fomentado por Gumucio acerca da razão para a Guerra. Assim declina Bandeira:

“Para a Bolívia, como país mediterrâneo, o valor do Chaco consistia no fato de que, cortado pelo rio Paraguai e seus afluentes, permitiria que ela alcançasse uma saída entre a Bahia Negra e o Pilcomayo, fundamentalmente para o Departamento de Santa Cruz

¹⁵ URQUIDI, Vivian, Movimento Cocaleiro na Bolívia – São Paulo 2001 – Tese de Doutorado USP

de la Sierra, embora seu comércio de importação e exportação não chegasse a £ 200.000 anuais. E o que mais importava, no caso, era que a Standard Oil começara a exploração do petróleo, mas o transporte para os portos do Pacífico afigurava-se difícil e custoso, devido aos aclives dos Andes. Seu escoamento, portanto, dependia de que a Bolívia obtivesse acesso ao Atlântico, através da Bacia do Prata”.

Urquide considera a Guerra como um momento de nacionalização “porque todos os segmentos sociais abandonaram temporariamente o sentimento de não pertença à nação, atendendo o apelo da unidade” (URQUIDI 55:2001).

Nesse mesmo sentido Mesa refere-se a ao importante pensador da Bolívia René Zavaleta Mercado:

“Como dijo Zavaleta, la guerra habia logrado nacionalizar la conciencia de los bolivianos.” (MESA – 585:2003)

Não se pode afirmar que houve uma integração do indígena conotando o início de uma sociedade única, mas estava clara a decadência da oligarquia boliviana indicando o surgimento de um terreno fértil à construção de um novo arranjo inter-territorial.

A Guerra do Chaco pode ser entendida como a semente da conformação de um sentimento nacional boliviano, que integrasse todas as regiões e classes, porém como

mostra a história, nada fora pactuado sem a luta das classes oprimidas. Tem-se então um momento de efervescência social com mobilização indígena, organização de sindicatos, dissolução do sistema partidário e conseqüente surgimento do Movimento Nacional Revolucionário (MNR).

FIM DA GUERRA E O CAMINHO DA REVOLUÇÃO DE 1952

O Estado boliviano mostrava-se desagregador e simplesmente continuava replicando a estrutura de exploração de recursos naturais, tal qual o modo do colonizador, mas a identidade nacional boliviana surgiria em meio à luta.

“La pérdida de la guerra, ..., fue el último episodio negativo que, junto ao resto de los enunciados, acabo por provocar la liquidación del sistema de gobierno vigente hasta entonces y favorecer la llegada de los militares al poder, via golpe de Estado...”¹⁶

Não havia mais como sustentar esse arranjo oligárquico na Bolívia que somente fizera crescer a miséria, e sucumbir à três derrotas, perdendo grande parte de seu território. Essa oligarquia sem legitimidade, que foi denominada “*la rosca*”, torna-se encurralada pelo ataque de uma nova característica de participação popular que se estruturava a partir de sindicatos mineiros, organizações camponesas e partidos.

¹⁶ PILAR, Garcia J. – Frontera, Espacio y Estado – Um Estudio de Caso: La Bolívia Republicana

Alternaram-se governos dentre em meio à instabilidade, dentre eles vários governos militares: David Toro (1936-1937), Germán Busch (1937-1939) e Gualberto Villarroel (1943-1946).

Toro promoveu a criação da empresa estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e fomentou a estatização da empresa Standard Oil, considerando-a traidora durante a Guerra do Chaco.

Sob o governo de Busch foi elaborada a Constituição de 1938, que positivou uma atuação maior do Estado junto à economia, promovendo um novo caráter intervencionista estatal. Essa era uma maneira de responder às massas, mas desagradou à oligarquia que ainda mantinha o controle sobre a mineração. Decorrente da Constituição de 1938 foi promulgada em 1939 o Código de Trabalho, conhecido como Código Busch. Seu governo oscilava ante as pressões dos sindicatos mineiros e dos empresários, se suicidou em 23 de agosto de 1939, legando a marca de inviabilidade de se construir um pacto entre a população.

Configura-se até então um sentimento maniqueísta entre fascismo e marxismo. Desse choque e em um contexto de completa instabilidade política, surge em 1941 o MNR, formado por Paz Estensoro, Herman Zuazo, Carlos Céspedes entre outros, que pretendem uma designação de centro negando o fascismo e o marxismo.

O MNR defendia o conceito de integração entre as classes, nacionalismo, democracia através do voto e intervencionismo estatal na economia, no sentido da organização do Estado.

Villarroel chega ao poder em 1943, com o encargo de organizar a sociedade e responder às represálias estadunidenses ocorridas a partir da privatização da Standard Oil.

Desse modo necessitou promover uma ação que unisse o anseio das massas, cada vez mais organizadas, a oligarquia mineira e a pequena classe média que passa a influenciar a sociedade, formada por profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários públicos. Buscar apoio em vários setores sociais é característica até então inédita na Bolívia.

Sob esse modo de atuação “o regime o levou, pela primeira vez na história do país, a tomar iniciativas políticas dirigidas à maioria da população, praticamente ausente da política institucional” (ADRADE – 51:2007). De fato houve a legalização dos sindicatos camponeses, reconhecendo a força do campo como legitimada ao debate político nacional.

Considerado por vários autores como o ponto mais importante realizado sob a tutela do governo de Villarroel, houve a convocação do Primeiro Congresso Indígena, em 1945, em La Paz.

Villarroel falha na condução de sua política e em junho de 1946 uma greve de professores acabou por promover a deflagração de outras greves em vários setores. O governo de Villarroel mostrava-se enfraquecido, especialmente pela saída de seu partido de apoio, o MNR.

Uma insurreição popular tomou as ruas de La Paz. Em 14 de julho de 1946 o Palácio Presidencial foi invadido e o presidente morto, tendo seu corpo queimado e posteriormente pendurado em um poste na praça Murillo, junto a outros integrantes de seu governo que foram enforcados pela multidão.

Porém, salienta Urquide que a fração da massa que matou Villarroel, era ligada àqueles que representavam o interesse da retomada do poder pelas antigas oligarquias:

“O momento de maior tensão do ressurgimento oligárquico, certamente foi em 1946, quando o presidente Gualberto Villarroel, militar progressista apoiado na estrutura partidária do MNR, foi afastado violentamente do governo e morto pela fração das massas que apoiava a oligarquia”. (URQUIDI 2001:56)

A tentativa de instituição de um capitalismo tardio na Bolívia, também denominado Via Prussiana de Desenvolvimento Capitalista, remonta às tentativas de governo desenvolvidas nesse período entre a Guerra do Chaco e a Revolução de 1952.

Mas a Via Prussiana não catalisou a estruturação da economia, bem como não garantiu a construção da estabilidade política em território boliviano, mas desencadeou um passo importante no sentido de consolidar uma estrutura nacional que integraria sua população. Manteve-se a desigualdade social, o controle da economia pela oligarquia, que reascendeu ao aparato governamental após a queda de Villarroel, mas permitiu a estruturação dos trabalhadores mineiros - que a articularam a importante FSTMB (Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia) – e fortaleceu organização dos camponeses. Surge ainda há época uma pequena classe média muito influente que questiona a estrutura dual caracterizada pela oligarquia liberal dominante e indígena dominada, que replicara o modo colonial desde a Independência até a Guerra do Chaco. Com efeito, está traçada a estrutura social que possibilitará a ocorrência da Revolução Nacionalista.

A REVOLUÇÃO DE 1952

Após o conflituoso período posterior à morte de Villarroel, verifica-se novamente a derrocada da oligarquia que governava a Bolívia, sendo que durante a repercussão da crise que se alongava, o Movimento Nacionalista Revolucionário recupera sua força, agora encabeçado por Victor Paz Estenssoro, que é eleito presidente em 1951 com 47% dos votos.

Os militares não reconheceram a vitória, anulando as eleições, protagonizando um golpe que tomou o poder através de uma junta militar. Esse golpe conhecido como Mamertazo, disparou a insurreição popular que em abril de 1952 precipita um intenso processo de agitação. Em 9 de abril configura-se o início da Revolução de 1952. A ação das massas foi preponderante, ensejando em apenas três dias de combates, a dispersão dos militares golpistas.

A mobilização popular foi organizada por sindicatos mineiros, setores urbanos representativos dos intelectuais e associações rurais, garantindo a efetividade da revolução, que instalou o governo do MNR sob o controle de Estenssoro.

Apoiado por setores do campo e das minas, bem como por setores da classe média, o MNR foi impulsionado a implementar profundas modificações estruturais, fato que o desvinculava de seus fundamentos políticos anteriormente traçados, estendendo-os ao anseio dos setores sociais revolucionários afim de compor a governabilidade e legitimidade.

Atendendo às profusões populares que fundamentavam o apoio de seu governo, Estenssoro efetivou a estatização das minas, a garantia do voto universal e promoveu a reforma agrária, entre outras importantes e inéditas medidas.

Inicialmente houve a criação da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), empresa estatal responsável pela operacionalização das minas controlando cerca de 70% do PIB boliviano.

Foi desenvolvido o sistema que aplicava recursos provenientes das minas, em outros setores e regiões do país, visando diversificar a matriz econômica boliviana, derrubando a antiga estrutura econômica boliviana, onde a oligarquia controlava a produção de minério, e no campo mantinha-se a estrutura semifeudal.

Quase simultaneamente ao início do governo revolucionário, seria criada a COB (Central Obrera Boliviana), agregando a FSTMB (Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolívia) que representava o poder dos operários nas minas de estanho, fato que possibilitou a efetivação da nacionalização das minas.

A reformulação do direito de voto consiste em outro passo importante proporcionado pela Revolução de 1952, que garantiu a inclusão de indígenas e analfabetos, com a proclamação do voto universal no mês de junho do mesmo ano.

“Uma destas importantes reformas ampliou os direitos de cidadania. Em 1956 Estenssoro institucionaliza o sufrágio universal no país, pondo fim a um sistema eleitoral em que as mulheres e mais de 70% da população masculina era excluída, por ser analfabeta ou não possuir os requisitos mínimos de propriedade fundiária exigidos.” (ZANELLA 2007)

Em janeiro de 1953 foi criada a Comissão de Reforma Agrária destinada ao estudo do contexto de produção no campo. Em 2 de agosto do mesmo ano, finalmente foi assinado o Decreto da Reforma Agrária, que fixava o tamanho máximo das propriedades rurais. Mas, mesmo sob a chancela de uma revolução, a efetivação da Reforma Agrária dependeu de importantes lutas das associações de camponeses.

A Reforma Agrária decorrente da Revolução de 1952 ocorreu somente no Altiplano e em Cochabamba, mas possibilitou a inclusão ao mercado desses novos pequenos proprietários (tierratenientes), que até então viviam como verdadeiros vassalos (pongos). Segundo Mesa foi possível a inclusão ao mercado de quase dois terços da população total da Bolívia, que contava à época com aproximadamente 3 milhões de habitantes¹⁷.

Apesar de não alcançar o Oriente, esse período revela extrema importância ao desenvolvimento dessas regiões, pois, pela primeira vez, os repasses de capital, com intenção de desenvolvimento e integração territorial do país, funcionam efetivamente. A estrutura agropecuária Oriental recebe aportes provenientes diretamente da COMIBOL acelerando o crescimento da estrutura econômica que estava assentada na grande propriedade rural.

O modelo de desenvolvimento adotado por Estenssoro se fundamentou pela conformação de um mercado interno, e da substituição das importações “subordinadas ao programa agrícola de colonização. Construíam-se redes rodoviárias e criavam-se programas de extensão rural e de monitoramento de transferências dos sistemas para a agricultura extensiva.”(URQUIDI 2001:66)

¹⁷ CAMARGO apud Mesa 152:2006.

Finalmente outro passo decisivo no sentido da integração populacional e territorial da Bolívia, ocorre com a implementação do Código da Educação Boliviana em 1955.

Verifica-se portanto, com a Revolução de 1952, um redimensionamento da Bolívia em torno do nacionalismo, ou seja, se até o fim da Guerra do Chaco, as fronteiras bolivianas foram consolidadas com a dura derrota e perda territorial, inicia-se um processo de consolidação nacional dentro desses limites, que evolui sistematicamente com a Revolução Nacionalista¹⁸. Houve ademais um robusto direcionamento à integração e desenvolvimento da porção Oriental do território, com o supedâneo financeiro da produção mineira.

Diversos problemas decorrentes da gestão dos recursos produzidos pelas minas, tais como indenizações enormes aos investidores estrangeiros das mineradoras privatizadas, e como a retomada de setores de distribuição estratégicos, por antigos proprietários das minas, somados à persistente crise econômica desse país que mantinha majoritariamente suas finanças com base na venda dos recursos primários produzidos pelas minas, ensejaram a retomada do poder pela direita, com o apoio dos EUA, que enviou George Jackson para atuar junto ao presidente Herán Siles Zuazo, reestruturando a economia boliviana, sob a cartilha americana.

¹⁸ Muitos autores se referem ao ato político de 1952 com Revolução Nacionalista, pelo próprio contexto de conformação nacional representado.

NOVO CONTEXTO NACIONAL

Paz Estenssoro foi eleito pela segunda vez presidente em agosto de 1964, todavia em 5 de novembro do mesmo ano um golpe de Estado encabeçado pelo general René Barrietos, instituiu uma ditadura.

A sucessão de governos militares na Bolívia seguiu os moldes de praticamente todos os demais países da América do Sul, sempre suportado pelo governo americano como ficou evidenciado pelos relatos da existência da operação Condor. Assim, sua duração foi praticamente a mesma em todo o continente, que tem início em meados dos 1960 a fim dos 80.

Superadas as sangrentas revoltas populares da década de 40 e a sucessão de governos militares, nas décadas de 70 e 80, atravessa-se, também, o conturbado retorno à democracia.

O comum a todos estes períodos na América Latina, e em especial na Bolívia foi o aumento progressivo da miserabilidade da população, coincidentemente indígena, representando 85% do total fixado em território boliviano.

A elite governante do país opta pelo mesmo caminho dos outros governos da América do Sul, todavia na Bolívia onde os investimentos no mercado interno revelavam-se mínimos, em contraposição com sua base econômica fundamentada unicamente na riqueza natural (hidrocarbonetos), haveria a abertura ao mercado mundial com consequências muito mais graves.

O projeto neoliberal que gerou intensas crises em economias muito maiores como a brasileira, argentina e mexicana, personificou na Bolívia uma catástrofe social. Teve

início com a privatização da COMIBOL por Hugo Bánzer em 1986 e só se encerraria com as lutas populares, e conseqüente chegada ao poder de Evo Morales, passando pela renúncia de Lozada.

Em 1993, Sánchez de Lozada, é eleito para seu primeiro mandato e implementa reformas institucionais, onde se intensifica a onda de privatizações, então impulsionadas pelos fundamentos neoliberais, estabelecidos pelo Consenso de Washington que propõe o livre comércio, a auto-regulação da economia e a descentralização do poder para o desenvolvimento do mercado.

Vislumbra-se aí o trágico caminho econômico que seria percorrido por toda a América Latina após a queda dos governos militares.

A positivação das ações neoliberais preconizadas por Lozada se inicia com a promulgação da Lei de Capitalização, efetuada desde o ano início de seu governo. Sua aplicação visava permitir através de mecanismos de transferência, que o controle das empresas do Estado fosse diluído repartindo-se com setores privado. Ou seja, potencializam-se os efeitos da privatização revelando uma efetiva “terceirização” dos aparatos empresariais estatais.

Sob o pretexto de promover o ingresso de empresas transnacionais, ou seja, da atração de capital internacional, é elaborado e aprovado, o verdadeiro marco jurídico que orientaria a privatização da indústria petroleira, nesta época a maior fonte de divisas do país foi representado pela Lei de Hidrocarbonetos n.º 1.689.

Essa lei teve sua aprovação em 30 de Abril de 1996 e regulamentava drásticas mudanças com relação à propriedade desse recurso natural, conotando o esforço governamental, no sentido da efetivação da privatização dos recursos petrolíferos

bolivianos, fundamentado sob o pretexto de promover o ingresso de empresas transnacionais, para captação de investimentos externos.

Estava “formalizado” portanto que o Estado era o detentor das reservas de gás natural enquanto estas se encontrarem em seu subsolo, mas transferia a propriedade a empresas transnacionais se descobrissem uma nova reserva, passando a explorá-la nos então denominados campos comerciais. Nesses campos estava garantido ainda o direito dessas empresas construírem e operar dutos para o transporte de sua própria produção e a de terceiros.

Nesse contexto, na “prática”, retira-se do Estado a possibilidade de fiscalizar a exploração de suas reservas nativas, desarticulando decisivamente a possibilidade de controlar sua principal fonte de riqueza.

Com a promulgação em primeiro lugar da Lei de Capitalização e posteriormente da Lei de Hidrocarbonetos estava vigente o arranjo legal que finalmente, com o Decreto Supremo n° 24.806 – aprovado por Lozada apenas dois dias antes de deixar a presidência da república (no seu primeiro mandato) – formalizou a verdadeira alienação do controle boliviano sobre seu recurso natural mais importante.

O alcance dessa legislação atingia inclusive os excedentes gerados, uma vez que altera drasticamente a concepção de excedente hidrocarbonífero, estabelecido por lei de 1990, que era taxativa ao afirmar que o Estado detinha a propriedade das reservas, produção e comercialização, do recurso mineral e, portanto, respondia como beneficiário direto da geração, distribuição e uso do excedente.

O efeito mais relevante dessa estrutura legal revela que o Estado boliviano deixa de ter qualquer controle na cadeia produtiva de hidrocarbonetos, desde sua extração à

exportação, especialmente do gás, garantida apenas a captação de impostos estabelecidos por lei, que remontam a aproximadamente 18% sobre o total arrecadado.

Com a promulgação das leis de capitalização e hidrocarbonetos observa-se a drástica inflexão de uma visão de economia estatal hidrocarbonífera, a qual teve uma vigência de sessenta anos, emergindo a clara “terceirização” de suas reservas.

"O que se constata, com tudo isso, é a incapacidade do governo eleito em tomar o bonde da história, conciliando a forte demanda mundial de recursos energéticos com a possibilidade de angariar recursos capazes de redimensionar os rumos do país, através de investimentos substanciais em áreas aptas a trazer modernização e inteligência, reordenando o aparelho do Estado." (Zanella, 2007)

Os governos seguintes, de Hugo Banzer e Quiroga se sustentaram ainda sob a égide neoliberal mantendo o modelo estabelecido por essas reformas e resistindo ao claro descontentamento popular. Sánchez de Lozada foi reeleito posteriormente, com uma margem irrisória de votos, desempenhando seu governo neoliberal até a renúncia.

O contexto econômico mundial de seu segundo governo era favorável aos produtores de petróleo, uma vez que o mercado mundial favorecia a gradual elevação de preços. A exploração do recurso sob a abertura legal já estruturada apresentava grandes possibilidades de lucros especialmente em relação ao gás natural, encontrado em abundância no subsolo boliviano.

Compradores americanos estabeleceram as bases para um possível acordo com o governo, que previa seu escoamento através de portos no Chile, à taxa de US\$ 2,5 dólares o barril, representando a metade do valor praticado mundialmente, e foi o estopim para um basta, exarado pela população boliviana através de uma verdadeira explosão popular que se denominou “A Guerra do Gás”.

“Nesta escalada impressionante de manifestações populares e movimentos sociais sob regimes democráticos latino-americanos, não podemos deixar de mencionar as insurreições bolivianas: a “Guerra del agua” e a “Guerra del gas”. A política neoliberal do governo boliviano, como de resto da América Latina, está ancorada nas privatizações dos serviços públicos e na mercantilização das terras. Segundo Tapia, as privatizações ocorrem pela passagem das empresas públicas às empresas transnacionais, processo chamado de “capitalización”. (MACHADO, Eliel. Lutas e Resistências na América Latina Hoje. Londrina, 2006, Revista Lutas & Resistências, Midiograf, UEL.)

A consciência das massas populares de que o processo de transferência da propriedade dos hidrocarbonetos às empresas consistia em um abuso de poder e somente resultaria em mais pobreza aos bolivianos, somava-se à clara rememoração da armadilha que sempre resultou em guerra, perda de território e pobreza da população. Pode-se dizer que sistematicamente de modo análogo, a Bolívia perdera sua saída ao Pacífico para o

Chile, o Acre para o Brasil e o Chaco para o Paraguai. A principal diferença agora estava representada pela organização popular, que assistiu sob a condição de população de segunda classe às perdas do Acre e da saída ao Pacífico, mas se emancipou civicamente com a dor da guerra e da perda do Chaco.

Verifica-se pela denominada Guerra do Gás uma mobilização articulada, de diversos setores populares espalhados por todas as regiões do território boliviano, que lançou mão dos mais variados instrumentos pacíficos disponíveis, como convocação de greves gerais, bloqueios em estradas e manifestações e até mesmo greves de fome.

Raúl Ornela¹⁹ em seu relato do movimento que durou 45 dias, salienta a diversidade regional e de sujeitos, mobilizados contra o projeto neoliberal e de Lozada:

“La COB ha instruido bloquear todos los caminos del país y todas las calles de las ciudades. El paro total afecta ya a cinco de las diez ciudades más importantes del país. En Oruro marchan los mineros. En Sucre y en Cochabamba se anuncia que a partir del martes 14 (outubro de 2003) iniciarán bloqueos a las carreteras y movilizaciones locales. En Achacachi en las zonas aymaras han decidido declarar la guerra popular al gobierno y sitiar su sede emprendiendo una marcha armada desde Omasuyus a La Paz, todos bajo el mando del comando general indígena del Jacha Omasuyus con sede en Qalachaca...” n. g.

¹⁹ ORNELA, Raúl. La Guerra del Gas: Cuarenta y Cinco Dias de Resistencia y un Triunfo Popular. Argentina, 2004, Clacso en Internet.

Ainda:

“10-11 de octubre: marcha de maestros y campesinos en Montero (Santa Cruz) por la vida, la dignidad y el gas.(...)En el oriente, en Santa Cruz, en la región económicamente más fuerte e importante del país, hay movilizaciones populares, aún pequeñas pero en aumento. Desde Yapacaní, al norte, avanza una marcha y hay bloqueos. En Potosí, en el extremo sur del occidente, hay movilización total. Las marchas se repiten y multiplican en cada pueblo donde hay campesinos y trabajadores en todo el país.”

Adentrando superficialmente na Guerra do Gás, até focalizar o objeto do estudo, cumpre estabelecer que agora, em contraponto à Revolução de 1952, a população está muito mais organizada, revelando o momento em que o indígena deixa de ser coadjuvante, para assegurar o lugar que lhe cabe frente à organização de Estado democrático constitucional.

A população não aceitava mais Lozada como seu presidente e menos ainda o modelo neoliberal de “desenvolvimento”.

As principais reivindicações da massa organizada podem ser caracterizadas por três eixos: a anulação dos projetos de exportação de energéticos e conseqüente revisão de toda a legislação referente aos hidrocarbonetos; a renúncia do presidente e finalmente a convocação e instalação de uma Assembléia Constituinte. (ORNELA 2004)

Pode-se considerar uma verdadeira guerra civil, pois ainda que a resistência da população organizada fosse essencialmente pacífica, Lozada procura combater sistematicamente a multidão revoltosa com suas tropas. Dessa reação do governo resultam mais de 300 mortos e a expulsão de Morales - eleito deputado em 1997 - do Congresso Nacional, sob a alegação de haver incitado os camponeses ao enfrentamento militar.

O segundo governo de Lozada sucumbe somente em outubro de 2003, com sua renúncia, quando assume o poder seu vice, Carlos Mesa, contando com o apoio de 80% da população.

Carlos Mesa recebe o governo compactuando os principais pontos de reivindicação estabelecidos pelos sujeitos populares, com a convocação de um referendo vinculante acerca da propriedade dos hidrocarbonetos; convocação de uma assembléia constituinte; e pronta criação de uma nova Lei de Hidrocarbonetos. Somente a primeira é realizada, e de modo incompleto, submetendo-o, assim, à mesma intolerância popular contra o governo que caiu legando-lhe a presidência.

Mesa renuncia e conforme previsão constitucional chega ao poder o chefe do judiciário, que, tão logo assume o cargo, convoca novas eleições democráticas. O cenário eleitoral boliviano deste contexto é composto por dois partidos principais: Poder Democrático Social (Podemos), representado por Jorge Quiroga, e o Movimento ao Socialismo (MAS), centrado na figura de Evo Morales. A população escolheria a segunda alternativa.

Nas eleições de dezembro de 2005 Evo Morales e o MAS obtiveram uma vitória esmagadora atingindo 54% dos votos do eleitorado, sendo que seu mandato deverá

perdurar até 2010. Com sua eleição já se observa a estatização dos recursos minerais bolivianos, colocando a Bolívia no patamar reivindicado pela maioria de sua população.

Os desafios desse líder são imensos, e a disputa se regionaliza trazendo à tona o embate entre Ocidente - representado por departamentos do Altiplano e dos Valles - e Oriente – representado por departamentos dos Lhanos.

Na Bolívia atual, vislumbra-se uma modificação da matriz de recursos explorados, sendo que a demanda mundial por combustíveis fósseis potencializa a importância das reservas de hidrocarbonetos bolivianos, em detrimento da produção das minas, preponderante até o fim da década de 1970.

Nesse sentido há questões que devem ser consideradas para o entendimento da atual crise de fragmentação do território boliviano:

Inicialmente, há que asseverar que de fato houve a mudança da importância econômica do eixo que passa a ser encabeçado por Santa Cruz em face de sua superação de La Paz.

Mas também deve ser considerado o colapso do aparato estatal que centralizava o poder político e financeiro no Altiplano, e garantia a integridade territorial da Bolívia ante um pacto entre as regiões comandadas por elites que se afinavam, e que, se não se rompe pela derrocada do modelo econômico neoliberal, se abala com a chegada de Evo Morales ao poder. Observa-se o de que a antiga oligarquia, que detinha o controle nacional pela coalizão La Paz-Santa Cruz passa a se “refugiar” em Santa Cruz:

“A Bolívia, situada no coração do continente, concentra hoje as principais ações da direita oligárquica contra os processos de

democratização que se desenvolvem na América Latina. As oligarquias brancas, que privatizaram os patrimônios fundamentais do Estado e do povo boliviano, que apoiaram regimes ditatoriais e participaram deles, que tentaram impedir, por séculos, que as grandes maiorias indígenas acessem ao poder, que desenvolvem campanhas racistas sistemáticas de discriminação, tentam agora impedir que a vontade majoritária do povo boliviano realize, pela primeira vez na história desse país, as políticas de um governo dirigido por um poder indígena”²⁰. (SADER 2007)

Finalmente observa-se uma polarização política representada partidariamente entre MAS com base mais sólida no Ocidente e o PODEMOS com maior representatividade no Oriente, ensejando um “jogo” político com atores e sentimentos étnicos, regionais e econômicos, em uma matriz de arranjo intergovernamental que passa perigosamente a se inclinar ao separatismo.

A principal questão a ser considerada, para o estudo ora elaborado elucida-se pelo corte temporal da evolução da história recente boliviana, uma vez que assumido o governo por Evo Morales, iniciou-se a concretização de suas promessas de campanha, em direção da estatização, principalmente de instalações ligadas à exploração petrolífera.

Ainda, no final de 2006 adentrando em 2007, iniciou-se o processo constituinte. A assembléia Constituinte teve seu andamento muito conturbado, e aqueceu a disputa regional entre Santa Cruz e La Paz.

²⁰ Emir Sader comenta nesse artigo o modo como minoria que representa a oligarquia vencida em 2005, mas controla a mídia e determinadas regiões do país, procurou desestabilizar o processo constituinte em 2007.

O PODEMOS que elegeu a minoria dos delegados, distribuía-se preponderantemente por representantes de Santa Cruz, enquanto o MAS com a maioria das cadeiras, era representado, também de modo regionalizado pelo, Altiplano e Valles, e observa-se a cisão quando a minoria dirigida pelo PODEMOS retirou-se do processo constituinte. Há que ressaltar-se que a maioria de Evo controlava votos suficientes para aprovar de modo juridicamente legítimo a nova Constituição.

Em contrapartida à aprovação da Constituição, que deverá ser submetida a referendo popular, quando só então passará a vigor, as forças regionais dos departamentos de Santa Cruz, Pando, Tarija e Beni anunciaram a realização de um referendo extra-oficial para aprovação dos denominados Estatutos Autônômicos dos departamentos.

Consistem em estatutos específicos produzidos de modo diferenciado em cada um desses departamentos e que já foram aprovados em Santa Cruz e Pando.

Cumprе debater a questão de identidade nacional de modo a verificar a exata medida que permeia essa divisão, que ora dá sinais de estar representada por uma questão de intolerância étnica, mas é representada por uma divergência de cunho político intergovernamental, uma vez que grupos políticos com afinidades aparentemente divergentes controlam regiões distintas do país.

IDENTIDADE CÍVICA BOLIVIANA

René Zavaleta Mercado em sua tradução da condição da identidade a conceitua a partir da palavra *abigarrada*²¹, que em castelhano significa a mistura de várias cores mal combinadas, extravagantes e desconexas que se distribuem em dois eixos conforme nos explica Urquidi:

“O primeiro eixo trata das determinações que se geram a partir do *modo de produção sobre o resto da organização da vida social*, isto é, das dimensões políticas, cultural e social ajustadas ao tempo e ao ritmo da reprodução e do desenvolvimento do modo de produção. O segundo refere-se à *organização jurídica e à estruturação de formas de autoridade local*.” (URQUIDI – 2001,17)

Na Bolívia, tanto o colonizador quanto a oligarquia que a governou após sua independência, mantiveram o indígena distante da consolidação do Estado.

Se a dominação expressa pelo conceito *abigarrada* caracteriza uma diversidade múltipla com diversas formas de autoridade, a dominação é uma das variáveis ativas da coesão entre Estado e povo, mas abigarrado segundo Tapia²², “não é a separação e a coexistência paralela de culturas – quéchua, aimará e espanhola, por exemplo – mas a

²¹ *Abigarrado*, -da adjetivo 1 *Que tiene muchos colores mal combinados: un cuadro abigarrado*. 2 *Que está compuesto de muchos elementos muy diversos, sin guardar orden o conexión entre ellos: un discurso abigarrado e incomprensible; alrededor nuestro bullía un público abigarrado; pululaba por allí un creciente reflujo humano principalmente abastecido por una abigarrada tropa de inmigrantes*. Fonte: www.diccionarios.com

²² TAPIA, Luis Fernando, apud Urquidi 2001:19.

confluência desarticulada de todas elas. Não é a dominação de uma que articula as outras, mas a desarticulação que se opera sobre todas, porque a dominante não consegue articular uma unidade”.

Os passos integralistas dos governos militares que adotaram a Via Prussiana de desenvolvimento do Estado no período posterior à Guerra do Chaco, acabaram por incorporar os indígenas a partir do centro do poder. A explosão da Revolução de 1952 conotou claramente a dependência das elites em relação à população indígena no sentido de se alcançar a governabilidade, fato verificado claramente a partir da ascensão do MNR.

O problema que se verifica ao se traçar um componente próprio a desvendar e consolidar a identidade nacional boliviana, se representa pela crescente importância de atores políticos que se fortalecem a partir de sua luta contra o Estado, muitas vezes ensejando as raízes anteriores à dominação colonial, que acabam por tomar o poder desse mesmo Estado de modo democrático, ou seja a partir das regras estabelecidas pelo próprio opositor, fato que ficará evidente quando Evo Morales chega ao poder.

Ou seja, a questão que se impõe é saber se o processo de criação da identidade cívica boliviana está concretizado a ponto de possibilitar a integridade territorial e a consolidação da Bolívia enquanto nação, ou se a questão étnica se sobrepõe ao contexto podendo gerar a ruptura estrutural.

A Bolívia pode ser considerada Estado Moderno, a partir da proclamação de sua independência, mas somente consolida seu território, ou seja, seus limites, com a degeneração de seu espaço sob ataque de países vizinhos.

As fronteiras de um país podem ser consideradas a parte preponderante da consolidação do imaginário da nação, portanto é embrião do ideal cívico. Na Bolívia

vislumbra-se a Guerra do Chaco, como o marco inicial da construção da sua identidade nacional, e é certo que a perda de território com a violência da guerra, que integrou todos os contingentes e extratos populacionais, colocando-os no campo de batalha, tem função preponderante no caráter “nacionalizador” boliviano frente às crises.

A maior referência de nacionalização boliviana apresenta-se a partir da Revolução Nacional pela estruturação decorrente da Guerra do Chaco, que reuniu – “pela primeira vez camponeses de distintas regiões do país com setores progressistas do exército, assentando as bases do futuro nacionalismo revolucionário”²³. A Revolução de 1952 agregou sindicatos, membros da classe média, camponeses, em torno de um ideal nacional, a partir de outro profundo processo de crise.

Zavaleta Mercado denomina *momento constitutivo* o processo construído que denota momentos sob agudas *crises*, representadas geralmente por guerras ou revoluções, mas também a partir de mobilizações. Configurando o resultado preparado e o acúmulo de acontecimentos e de memória coletiva, que condicionam e desenvolvem graus de autoconhecimento e autodeterminação. (URQUIDI 2007)

Esse conceito formulado por René Zavaleta é anterior à própria Guerra do Gás, mas se encaixa de modo cristalino, confirmando a precisão dessa sistematização sociológica, que agrega essa regra ao próprio senso de identidade:

“Os *momentos constitutivos* estão marcados, então, pela *crise* como instância de *unificação* da sociedade, na medida em que a atinge na sua totalidade. É uma *forma trágica de igualação* e também de

²³ URQUIDI 2007.

revelação do que há de nacional no país. Os tempos diversos se alteram com sua irrupção (...) ²⁴”. (ZAVALETA 1983)

A Guerra do Gás pressupõe outro *momento constitutivo*, a partir da profunda crise expressa pelo governo neoliberal. Mas a consolidação e integração dos movimentos populares que atuaram propiciaram a ocorrência de um fato inédito, uma vez que um indígena chega ao poder, que representa, enquanto indígena, a maioria da população, e sua legitimação está expressa pela massiva votação recebida.

Porém esse representante da maioria também é integrante de um grupo étnico denominado Aymará, fato que poderia emergir como um problema de representatividade em contraposição com a diversidade de etnias que comporiam a Bolívia.

Por outro lado, estabelecendo-se a medida entre o fechamento étnico e seu contraponto, a mestiçagem, seria possível estabelecer uma nação indígena mestiça no outro extremo que estaria composta por aproximadamente 85% da população boliviana, que ademais se confunde com a maioria que elegeu Evo Morales.

Camargo é categórico ao declarar que o ideal revolucionário de 1952 da *mestizaje racial* não foi alcançado, seja pelo fato de 1952 não elidir o nacionalismo étnico indígena, seja pela tradicional ambigüidade demonstrada pela sociedade boliviana em relação ao próprio *mestizaje*. (CAMARGO 2006:164)

Todavia o entendimento de Mansilla contemporiza a questão ao descrever a homogenização cívica como, embora limitada, representativa de um importante avanço nesse sentido:

²⁴ Apud URQUIDI, Vivian. A Bolívia no Século XXI: O Impacto do Multiculturalismo e dos Novos Atores Políticos. Recife, 2007. UFPE

“Si bien el modelo mestizo homogéneo no pudo ser implementado en la praxis, no hay duda de que procesos de mestizaje de todo tipo se han dado activamente en los últimos tiempos. Se puede aseverar, con muchas reservas, que estos procesos - en conjunción con la modernización - han diluido, por lo menos parcialmente, la fuerza explosiva de la cuestión racial.” (MANSILLA, H. "La cuestión de las nacionalidades, el proceso de modernización y la identidad colectiva en la Bolivia de hoy". Quito, 1998, Ecuador Debate, Rev.75.)

Ainda, em outro artigo:

“En Bolivia hay algunos movimientos indigenistas e indianistas que propagan un etnocentrismo acendrado y hasta un racismo excluyente, acompañados por el designio de revitalizar las antiguas religiones, lengua y costumbres. Después de largos siglos de amarga humillación y explotación despiadada, es comprensible que surjan corrientes de estas características, que se consagran a una apología ingenua del estado de cosas antes de la llegada de los conquistadores españoles. Pero a pesar de todo ello, las coerciones de la técnica moderna, la irradiación de valores normativos desde los centros metropolitanos y la necesidad de cohabitar con los

mestizos y blancos han llevado a que una porción considerable de estos movimientos ingrese a la senda de la moderación y el compromiso, reconociendo a) la realidad inexorable de una sociedad multinacional y pluricultural, b) la validez y bondad de los valores universales y c) las ventajas de la cooperación con las otras comunidades étnico-culturales.” (MANSILLA, H. “La identidad colectiva boliviana entre los tradicionales valores particularistas y las modernas coerciones universalistas”. La Paz, 1998. Papers 56.)

O eleitorado de Evo Morales acaba por capturar a intenção da maioria de sua população.

Há porquanto, que se analisar a questão de identidade cívica e identidade étnica, ou seja, ainda que a identificação pela mestiçagem não tenha sido incorporada completamente pela população, a identidade nacional está muito bem configurada.

Os elementos da nacionalidade boliviana se confirmam à partir da conformação de seu território pela degeneração e a construção da integração entre as regiões no decorrer de sua história, e pela participação popular consolidada pelos momentos de crise: Guerra do Chaco, Revolução Nacional e Guerra do Gás.

A Nação Boliviana pode ser deduzida pela forma de seu território e sua população, desde que focalizada pelo ângulo nacional cívico, nessa esteira a crise de fragmentação atual apresenta um caráter predominantemente relativo à questão do exercício do poder, em detrimento de uma crise étnica propriamente dita, uma vez que a queda do

governo neoliberal e a tomada do poder pela via eleitoral, desestabiliza o sistema político oligárquico, mas expressa a vontade da maioria da população de se ver representada por um líder indígena.

A identidade cívica necessária a legitimar a situação mostra-se muito bem representada, através do processo de integralização espacial da Bolívia enquanto Estado moderno, e pelos principais momentos de crise social, que emancipam a constituição do povo boliviano, que finalmente, através da democracia conduz ao poder o representante que entende digno a representá-lo.

CAPÍTULO III

FRAGMENTAÇÃO E COESÃO DO TERRITÓRIO BOLIVIANO

A QUESTÃO SEPARATISTA

O TERRITÓRIO BOLIVIANO

Os limites bolivianos somente se consolidaram com a derradeira perda de território decorrente da derrota na Guerra do Chaco.

Sobre os limites da Bolívia atual, será apresentada uma breve descrição de sua geografia física e sua divisão política em departamentos, para melhor ilustrar a questão intergovernamental do objeto de estudo.

O Estado Boliviano assenta-se em um território central na América do Sul, com três divisões que serão consideradas relevantes ao trabalho.

A região do Altiplano abarca 28% do território total com extensão aproximada de 307.000 Km², sua altitude varia entre 2.500 e 4.500 m acima do nível do mar, situada entre os grandes ramais andinos: Cordilheira Ocidental e Cordilheira Oriental, ou Real, que apresentam alguns dos picos mais elevados da América como o Nevado Sajama e o Illimani, com 6.542 e 6.462 metros de altitude, respectivamente. A região Subandina ou os Valles, intermediária, situada entre o Altiplano e os Llanos, que compreende aproximadamente 13% do território e altitude média de 2.500 metros. E finalmente a região dos Llanos, que consiste na maior região com 59% do território de baixas altitudes compreendendo ao norte um pedaço da região amazônica estendendo-se até a região do Chaco nas fronteiras com a Argentina e Paraguai.

São portanto, três macro-regiões estabelecidas a partir do relevo, com seus pólos representados pelas cidades de La Paz no Altiplano, Cochabamba nos Valles ou Zona Subandina e Santa Cruz nos Lhanos. Há ainda a divisão política estabelecida por 9 departamentos.

Essas divisões suportam satisfatoriamente a escala que deve nortear a questão discutida pelo presente estudo.

Na região Andina encontram-se os departamentos de La Paz, Oruro e Potosi, na Subandina, Cochabamba Chuquisaca e Tarija e nos Lhanos, ficam Pando, Beni e Santa Cruz.

BOLIVIA
DIVISION POLITICO ADMINISTRATIVA

DESENVOLVIMENTO DO ORIENTE

A porção oriental do país foi alcançada pelo colonizador espanhol que somente conseguiu chegar e fundar Santa Cruz de la Sierra trinta anos após se estabelecerem em Chuquisaca e Potosí. A região do Chaco entretanto permaneceu violenta durante todo o domínio colonial em virtude da reação indígena da região, população nômade e guerreira, e não fora aplacada nem mesmo pelo Império Inca, como se aduz de referências da época.

Consistiam na sua maioria nos Chiriguanos, que realizavam ataques esporádicos às bases espanholas.

A conquista dos Lhanos não significou necessariamente o desenvolvimento no período colonial e mesmo com a independência, observa-se a continuidade do desinteresse das elites pelas terras baixas, sendo que sucessivos governos entre 1825 e 1880, nada fizeram pela integração dessa região.

Na década de 1880 foi aprovada a Constituição que vigeu até o fim da Guerra do Chaco, representando o primeiro documento com uma proposta de estratégias estatais para o aproveitamento do Oriente. Esforços foram realizados no sentido de patrocinar grupos de exploradores, capazes de realizarem projetos para a futura implementação de infra-estrutura. A partir de lei promulgada em 1886, houve a criação de missões que especificamente desenvolviam mecanismos “domesticadores” de indígenas “hostis” conquistando e garantindo mão-de-obra capaz de manter centros de colonização, que deveriam mais especificamente possibilitar a defesa dos limites do território boliviano.

Os avanços dentro do território oriental boliviano contavam com os missionários que subjugavam os grupos indígenas locais “conquistando” os territórios, associando-se à participação das embrionárias elites locais, uma vez que as oligarquia do eixo econômico de La Paz não demonstrava interesse sobre a região.

“...las elites centrales no demostraron ningún entusiasmo, em la práctica, por unos territorio que, com todo, quedaban demasiado lejos y cuys economias eran marginales para ellas.” (PILAR 2001:29)

Essa foi a estrutura inicial desenvolvida pelo governo boliviano desde os anos 1880, que perduraria até a Guerra do Chaco. No entanto há que se perceber que essas missões contribuíram para a solidificação das elites locais, que puderam desenvolver seu modelo agrário constituído pela grande propriedade.

Na virada do Século XIX, o projeto de país das oligarquias liberais enfocava a produção de minério, especialmente do estanho, nas porções Orientais a economia estava fundamentada em uma escala muito menor que consistia em uma pequena extração de látex ao norte e da agropecuária a leste e sudeste.

A estrutura de integração, composta por vias férreas e linhas telegráficas é estabelecida a partir do início do século XIX e foi intensificado o movimento de colonização impulsionado por migrações. Tais fatores fortaleceram a presença estatal na região oriental. (PILAR 2001)

Da presença do Estado, representada pelas missões de colonização, emergiam conflitos localizados com os setores proprietários de terra em Beni, Santa Cruz, e Tarija, uma vez que apesar de trazerem à região o aparato estatal, também favoreciam um choque com os interesses das oligarquias locais.

As missões configuravam os representantes do avanço estatal boliviano sobre o Oriente, que implicariam na primeira estruturação em entes que representavam a autoridade política e o arranjo administrativo centralista boliviano.

A Guerra do Chaco teve importante influência ao desenvolvimento de Santa Cruz, seja durante a guerra, pela necessidade de suprir a população de alimentos ou ainda pela disputa em plena região dos Lhanos, que mobilizara o Altiplano e os Valles.

“La Guerra del Chaco benefició a las haciendas tradicionales cruceñas. Durante la guerra, la disminución de las importaciones fue notable sobre todo en alimentos. Este hecho favoreció a la región como productora de alimentos, ya que Santa Cruz abastecía las zonas de conflicto”. (SANDOVAL, 2003)

Posteriormente à Guerra do Chaco observou-se uma crise de integração com esforço estatal, recuperada pelos governos militares. O mais significativo deles foi a denominada Marcha ao Oriente de 1942, que se fundamentava pelo denominado Plano Bohan que expressava a tentativa de diversificar a matriz econômica nacional.

“El Plan Bohan de 1941-1942 fue precursor del desarrollo del Oriente, pues identificó al departamento de Santa Cruz como centro de desarrollo agropecuario e industrial. Este plan fue ejecutado con financiamiento de los Estados Unidos de Norteamérica y coincidía con las aspiraciones de la élite cruceña expresadas en el Memorando de la Sociedad de Estudios Geográficos e Históricos de Santa Cruz elaborado en 1904. En este contexto, los artesanos y militares, a su retorno de la guerra del Chaco, organizaron movimientos sociales y regionales participando en la guerra civil de 1949.” (SANDOVAL)

A Revolução Nacionalista em 1952 viria colaborar definitivamente com a integração do Oriente do país. Contando com quase 70% do PIB boliviano controlado a partir COMIBOL, os investimentos provenientes do capital das minas do Altiplano fomentaram o desenvolvimento da agropecuária e agroindústria no oriente do país. Ainda o aporte de capital à YPFB estruturada preponderantemente no Oriente, possibilitou a expansão produtiva da empresa que pôde abrir novas áreas de exploração. (CAMARGO – 151:2006)

O fato da Reforma Agrária não chegar a departamentos do Oriente, onde predominavam latifúndios, preconizou o desenvolvimento dessas regiões do país de modo *sui generis*. No processo de Reforma Agrária, em departamentos como Santa Cruz, que possuíam predominantemente latifúndios, verifica-se o a solidificação de uma elite agrária, que beneficiou-se dos financiamentos provenientes do ocidente para o fomento da

agropecuária. Cumpre lembrar que a Reforma Agrária produzida à partir da Revolução de 1952 contemplou apenas a região do Altiplano e dos Vales, mas os financiamentos da política agrícola abarcavam todo o território boliviano.

A nova estruturação agrária boliviana inspirava um processo geral de financiamento, para os novos pequenos proprietários do Altiplano e Vales, fato que legitimou o reconhecimento oficial dos latifúndios no Oriente como empresas agrícolas, transferindo investimentos, principalmente através da COMIBOL, às grandes propriedades rurais.

“Em contexto mais amplo, a Revolução pôs em marcha vertiginoso processo de desenvolvimento da região leste do país, em especial do departamento de Santa Cruz de la Sierra, o qual levará a progressivo deslocamento do eixo do poder econômico do ocidente andino ao oriente cruceño.” (CAMARGO – 153:2006)

A estruturação e o aporte financeiro proporcionados pela Revolução dispararam o desenvolvimento da região, especialmente do departamento de Santa Cruz.

Cumpre salientar que o mesmo processo de repasses projetado pelo governo da Revolução incentivou o aprimoramento e crescimento da exploração de gás, cujas reservas localizam-se de modo predominante nessa região, através de investimentos transferidos via COMIBOL à YPFB.

O crescimento econômico da região nas décadas seguintes se contrapõe à involução econômica observada no Altiplano, devido ao declínio da produtividade da mineração de estanho.

É evidente que a transferência do eixo econômico boliviano passa a impulsionar uma importante crise intergovernamental entre Ocidente e Oriente. Esse é um dos expoentes do conflito que ameaça a integridade territorial boliviana atual, mas não é o único, uma vez que as elites do país constroem um eixo de coalizão entre La Paz e Santa Cruz que só entraria em colapso com a queda do governo neoliberal.

OS EIXOS ECONÔMICOS BOLIVIANOS

Com o Vice-reino do Peru inicia-se a exploração de prata a partir de Potosí, a configuração espacial se deu na porção central do Altiplano. A aridez da região e a impossibilidade de auto-sustentar a grande concentração populacional que impulsionava o funcionamento das minas, influencia o desenvolvimento do nordeste argentino e o sul do Peru, bem como o norte chileno, que configuravam núcleos de abastecimento de Potosí. Nesse mesmo sentido, também se deve considerar o desenvolvimento agregado de Cochabamba, que era a principal produtora de alimentos. Sucre, “grosso modo”, identificava-se principalmente como o espaço do núcleo articulador da estrutura política e econômica que geria a produção mineradora da época.

La Paz, que integrava esse primeiro eixo de exploração de prata, inicia seu desenvolvimento à partir de uma pequena produção de ouro, e toma vulto ao tornar-se um entreposto comercial entre Lima e Potosí.

O declínio da produção de prata no fim do Século XVIII e sua posterior reestruturação com produção em menor escala, influenciou a articulação política da região, todavia não apresentou uma modificação significativa da estrutura territorial até então estabelecida.

A mudança da estrutura territorial somente ocorreria com a substituição da mineração de prata pela exploração do estanho, em cidades de menor relevância durante o auge da produção de prata, mas que integravam o eixo articulado desde a Argentina até o Peru. Desse modo o eixo não foi deslocado, mas somente houve a mudança dos pólos sobre os quais estava estruturado.

Com efeito, La Paz passa a desempenhar crescente importância, convertendo-se em centro administrativo e político em 1899 ocupando o lugar de Sucre.

No decorrer do Século XX, La Paz estabelece-se como centro econômico e governamental da Bolívia, em virtude da consolidação da mineração de estanho como produto fundamental da economia em território boliviano. La Paz passa a atrair cada vez mais população, urbanizando-se de modo irregular, em virtude da transferência regional fomentada pela involução das cidades vinculadas predominantemente à produção de prata.

Anos e governos sucederam-se consolidando La Paz como centro político e econômico do país, apoiando-se ainda na extração do estanho, atravessando a Guerra do Chaco, representando posteriormente o palco principal da Revolução Nacionalista.

As reformas estruturais engendradas pela Revolução de 1952, que também se orientaram pela busca da abertura da matriz econômica do país, fomentaram a integração do Oriente.

O processo migratório de La Paz a leste Valles e Lhanos tomaria proporção perceptível à partir do início dos anos 1970, como ressalta Casanovas:

“De ahí que lamigración hacia la zona dos Lhanos considerada reciente em 1976 és consecuencia del gran impulso que recibe la economía de Santa Cruz durante el primer quinquênio de los 70, a traves del trasiego de excedentes estatales producidos en las zonas mineras del Altiplano, el incremento de las regalías petroleras del aumento de la producción petrolera y del aumento de precios a raíz de la crises energética internacional, el flujo del gueso de los recursos obtenidos a través del endeudamiento externo, el desarrollo agroindustrial de Santa Cruz impuzado por el gobierno de Bánzer y la favorable coyuntura internacional de precios del algodón entre otros, fueron factores que determinaron una gran movilización de población ya sea em forma definitiva a través del proceso de colonización, y también de la migración temporal de importantes contingentes de fuerza de trabajo campesina em lãs

épocas de zafra; las migraciones temporales fueron muy importantes durante la primera mitad del 70.”²⁵

Até os anos 1970 o Altiplano que era o principal receptor de migrações, todavia a crise das minas inicia um processo de inflexão para o Leste (Vales e Lhanos) que posteriormente configuram os principais receptores de população.

“Si bien la historia de Bolivia, se enmarca en procesos de cambio demográfico y espacial desde su constitución, sin embargo, la redistribución de la población en el territorio boliviano se vio duramente afectada por las medidas de política económica implementadas en la segunda mitad del siglo XX, fue la migración el factor que explica este nuevo patrón de organización del territorio...” LEDO, Maria Garcia, 2000

O período das ditaduras militares instaladas no fim dos anos 1960 elucidaram a integração entre as elites de Santa Cruz e La Paz, em especial durante o governo Bánzer, que consolidou o processo de controle do Estado colocando militares do exército na direção das empresas estatais. As elites de Santa Cruz apoiavam essa estrutura que consolidou o vínculo do poder regional e o poder central.

²⁵ CASANOVAS, Roberto *apud* LEDO, Maria del Carmen, Proceso de Urbanización, Estructura Productiva y Empleo em Las Ciudades del Eje Económico de Bolívia. Miami, 2000, LASA 2000 Miami.

“...especialmente a la de Bánzer entre 1970 y 1977. Mientras la élite cruceña actuó en convergencia con la burguesía minera comercial financiera de La Paz, para consolidarse como burguesía agroindustrial favorecida por la política económica, los sectores populares organizados resistieron a la dictadura.” SANDOVAL, Carmem. La Paz, 2003. Santa Cruz Economía e Poder. PIEB, FH-UAGRM y CEDURE.

No início dos anos 1980 potencializa-se a crise da mineração de estanho, marcando o principal motivo para o deslocamento do eixo econômico boliviano. Se desde os primórdios da Bolívia o eixo econômico estava assentado no Altiplano, num primeiro período, pelo ciclo da prata controladas por Sucre, e posteriormente da mineração de estanho que emancipa La Paz como centro econômico e do poder, a crise da mineração, precipita a transferência de importância econômica ao eixo Oriental, comandado por Santa Cruz, onde se já se observava a relativa opulência fundada pela produção agropecuária e petrolífera (gás).

O centro político e financeiro desse país centralizado permanece em La Paz, mas implicações de cunho populacional e político iniciam-se de modo mais acentuado no final dos anos 1980.

Do ponto de vista populacional, as mineradoras que eram as principais empregadoras da população do Altiplano, iniciam as demissões que contribuirão de modo decisivo à migração de massas operárias, e ao mesmo tempo desarticulam os sindicatos mineiros.

Observa-se a partir da segunda metade dos anos 1980 o início da adoção da organização de governo sob uma política neoliberal, todavia a relação política entre La Paz e Santa Cruz mantinha-se estruturada através da composição política com membros indicados pela elite cruceña fazendo-se representar por ministros de Estado, deputados e senadores dos partidos tradicionais, ADN, MNR, MIR e UCS.

As autonomias dos departamentos Orientais que de receptores de verbas passam a transferir os impostos arrecadados na sua região para o centro, contribuíram para a “flexibilização” do poder central a partir da aprovação da Lei das Autonomias Departamentais, todavia nesse sentido também se verifica uma premissa do modelo neoliberal, que preconiza a descentralização como catalisadora do desenvolvimento de mercados.

A questão intergovernamental se desenvolve de modo estável durante os governos neoliberais, ainda que sejam verificadas quatro emendas à Constituição de 1967, no sentido de descentralizar o poder, porém, o embate ente Ocidente e Oriente se sustenta através do acordo entre elites locais e políticos do Altiplano, apesar da superação e preponderância econômica observada no Oriente:

“La historia regional expresa la capacidad de las elites cruceñas para lograr la hegemonía y el consenso de diferentes grupos sociales frente al Estado central, es decir la capacidad de la sociedad en su organización para obtener objetivos comunes frente a la persistencia del Estado –Central, a partir del plan Bohan, en planificar la incorporación de los diferentes sectores productivos

del Oriente al mercado nacional Estas contradicciones entre la incorporación de los intereses regionales en el bloque del poder nacional o su exclusión, configuran la constante lucha, la resistencia y la convergencia de la región con el Estado, dado que aún está irresuelta la contradicción estructural Estado-región...”
(SANDOVAL 2003)

Esse é um dos pontos da equação da atual crise intergovernamental, que contará com mais variáveis a partir da Guerra do Gás, que possibilitará a tomada do poder por Evo Morales Ayma, e o fim dos governos neoliberais.

ESPACIALIZAÇÃO DO PODER, FRAGMENTAÇÃO E DEMOCRACIA

Denominar as noções de fronteiras e limites, ante os ensaios pós-modernos relativos à concepção de Estado é um trabalho árduo e incompleto, seja pela evolução das formas de organização estatal, ou pelo modo como tais conceitos vem sendo aplicados com uma ampla variedade de sentidos.

Com efeito surge a obrigação de realizar um corte epistemológico, uma vez que o objeto do trabalho não se assenta pela discussão teórica do território, mas pela significação de um caso prático e suas implicações espaciais. Ao tomar o enfoque do estudo à partir da consolidação da estrutura espacial do país denominado Bolívia, urge a necessidade de construir-se uma geografia da história para afirmar a constituição de seus

limites enquanto Estado Moderno. Nesse sentido a discussão preponderante assenta-se à partir da dinâmica de consolidação do conceito de nação boliviana, de modo a possibilitar uma prospecção de seu contexto interno, já que sua crise intergovernamental ora apresenta-se como catalizadora de uma possível clivagem de cunho territorial, em contraposição de toda a problemática espacial enfrentada por esse país que sucumbia territorialmente por ação dos Estados vizinhos.

Assim pode-se afirmar que o enfoque territorial relevante perpassa o conceito de Estado Moderno, focalizando a questão relativa ao regime Democrático Constitucional, implicando, no estudo de sistema político sobreposto ao território, e principalmente se novas variáveis ou agentes internos, opostos ultimamente a esse sistema sócio-espacial ensejarão em seu colapso, qual seja a fragmentação.

Inicialmente a questão de fronteiras não era relevante à compreensão da soberania, uma vez que os limites de um Estado eram expressos pelos limites do reino. O monarca era o Estado onde seus atributos eram expressos no plano físico pela pessoa do monarca. Pode-se concluir que o soberano é aquele que exerce a soberania, implicando o território no local do exercício do poder.

As antigas noções de reino, não são coincidentes com a concepção dos Estados modernos, embora as premissas da organização estatal tenham continuado a seguir o fundamento trino: soberano, soberania e território.

O conceito moderno de Estado foi formulado entre os séculos XVIII e XIX, concebendo o território do Estado como espaço delimitado e policiado pela administração soberana.

A Paz de Westfália marca o fim da Guerra dos Trinta Anos, e é a expressão do nascimento do Estado Moderno. Seu modelo de organização é convencionado por alguns países do “centro da economia-mundo capitalista”, como modo de exercício do poder e representação política, que se consolida pelo embate interestatal. (MORAES 2006)²⁶

O objeto do estudo *in casu* está preceituado pela análise do Estado Democrático Constitucional, que assimila o Estado clássico, onde os limites são pressupostos de existência, corporificando o território de modo técnico prático e normativo.

Assim, qualquer Estado se define a partir de outro Estado na esfera internacional, de modo que essa base epistemológica possibilitará compreender os processos de intergovernabilidade ou descentralização de poder dentro de um Estado. A demarcação de limites internacionais só se fará no século XIX, inclusive no Brasil, emergindo com ela o direito internacional em moldes modernos. (Foucher, 1998, *in* Machado, 2005)

A questão entre necessidade de território ou não no debate hodierno nos conduz à exceção intensamente discutida na atualidade, com relação à União Européia. Essa análise define-se por duas linhas opostas, que sinalizam para a concretização de uma confederação a caminho de se tornar federação ou, um Estado multinível uma vez que a soberania não se expressa pela territorialidade, mas entre instituições.

Em Estados multinível existe a contradição entre o compartilhamento da soberania, que contraditoriamente deve ser una, uma vez que, em Estados democráticos deve ser absoluta e integrada ao território.

²⁶ *In* ARROYO, M.; LEMOS, A.; SILVEIRA, M. Questões Territoriais na América Latina. São Paulo, 2006, CLACSO.

O Estado Democrático Constitucional é um exemplo de regime que pode ser gerido politicamente de modo mais centralizado ou descentralizado. Nesse sentido e tomando o conceito de Riker que designa o Estado Federal como aquele que tem dois níveis de governo que compartilham o território, indica que a questão federal coloca-se entre a centralização absoluta e no outro extremo, a descentralização que no seu limite configuraria um agrupamento confederativo.

Essa questão é central quando se analisa a coordenação territorial boliviana, uma vez que o cerne de sua possível fragmentação repousa sobre elementos do sistema de poder e o arranjo entre as variáveis que emergem após a chegada ao poder de Evo Morales, que aduzem à questão étnica, regional e econômica.

Nesse contexto cumpre analisar o modo clássico de coordenação territorial a partir dos pressupostos federalistas, sem que necessariamente se promova um debate federal, mas tomado como subsídio para o entendimento da crise intergovernamental boliviana que se expressa espacialmente pelo espectro gerado desde a centralização completa, até sua fragmentação, em dois ou mais Estados, cuja análise que implica em arranjos territoriais por sistemas que se passariam necessariamente pela configuração de uma conjuntura federal ou confederativa.

Ou seja, a proposta de estudo da questão separatista boliviana atual será elaborada através da análise comparativa dos sistemas de organização territorial.

Assim, os ditames da coesão interna de determinado Estado podem ser estabelecidos através do estudo do modo como é estruturado o poder no território. Denomina-se intergovernabilidade a fórmula estrutural interna adotada pelo Estado. Em países com território extenso o federalismo tem se demonstrado modo satisfatório para a

estruturação do poder, levando-se em conta modernamente a questão da representatividade em função da extensão territorial de determinada região ou ente federativo, mas esse é um sistema plenamente adotado em todo o mundo por Estados das mais variadas extensões territoriais.

O federalismo clássico é considerado pela maioria dos estudos referentes ao tema, uma inovação emanada pelo sistema criado a partir da Declaração da independência Americana, datada de 1776, quando as Treze Colônias Inglesas assinaram e publicaram a declaração, tornando-se Estados livres e Independentes da Coroa Britânica.

Com a Independência verifica-se a configuração, que pressupõe a nova condição jurídica das colônias, agora emancipadas a Estados.

Instaurada a nova condição mostra-se iminente a necessidade de cada uma destas treze colônias definirem condições que possibilitassem sua defesa, já que era esperada uma reação da Coroa Britânica frente à independência, e ainda organizarem uma estrutura financeira comum entre todas, que proveria recursos aos estados recém criados.

Desde antes da Declaração da Independência, as Colônias Inglesas buscavam a união, ilustrando-se a tentativa já em 1643, quando quatro destas colônias celebraram acordo, criando a Confederação da Nova Inglaterra.

Mas somente em 1781 ante a assinatura do tratado conhecido como "Artigos de Confederação", é que se verificou o verdadeiro encaminhamento à federalização. O Congresso Intercolonial, inicialmente denominado Os Estados Reunidos em Congresso, viria a se chamar, Estados Unidos da América.

Verificando-se a positivação enunciada pelos Artigos de Confederação, evidenciava-se um sistema que não consistia em um pacto federativo, mas um tratado entre

Estados, pois ainda existia a possibilidade da dissolução do acordo, assegurada por seu artigo 2º, permitindo ainda o abandono da Confederação por quaisquer dos Estados signatários. Esse ademais é um dos pressupostos clássicos que diferem uma organização confederativa e uma federação que deve ser indissolúvel.

Em maio de 1787, os Estados signatários do tratado reuniram-se em convenção, na Filadélfia que se dividiram em dois blocos, sendo o primeiro partidário de que se fizesse modificações aos Artigos da Confederação, vislumbrando mero aperfeiçoamento ao acordo firmado anteriormente, enquanto o outro bloco propunha a constituição de uma federação, pressupondo a criação do Estado Federal.

Venceu a última proposta, que preceituava a elaboração de uma Constituição comum, à qual todos os Estados deveriam submeter-se. Outra proposta acordada em convenção era a adoção de um governo central com jurisdição definida a determinados assuntos, com atribuições prescritas nesta Constituição, garantindo ainda independência de recursos financeiros à sua gestão.

O bloco vencedor da convenção tinha suas idéias influenciadas principalmente pelos teóricos Locke e Montesquieu sendo importante ressaltar seu ideal antiabsolutista, que então conforma, através do Estado Federal recém constituído viabilizaria a organização das Treze Colônias, propondo um capitalismo gerido por um modelo sistema de governo sob a égide do regime democrático constitucional.

Um outro aspecto relevante do federalismo clássico prevê que seja prescrita pela Constituição uma cláusula de indissolubilidade da Federação, a soberania da União e a autonomia dos Estados-Membros, imputando jurisdição própria e exclusiva, além de autonomia financeira, pressupondo a desconcentração do poder político. Esse modelo

apresenta ainda uma inovação que formaliza um regime híbrido entre o sistema unitário e federal, à partir da existência da figura do presidente. Riker denomina esse modelo de Federalismo Centralizado.

Essa estruturação inovadora é modelo à construção de sistemas espaciais em Estados, utilizada até hoje.

Uma das principais características para a manutenção desse novo modelo assenta-se na separação de poderes, ainda sob influência teórica de Montesquieu, possibilitando que a nova Constituição instituísse a criação dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), dentro do fundamento dos freios e contra-freios.

Partindo deste simples esboço exemplificando o contexto da configuração Americana de Federalismo, tomaremos como ponto de partida ao entendimento dos modelos federais modernos e conseqüentemente das questões de coordenação interna atualmente discutida, devendo-se observar que o federalismo consiste em uma das diversas formas da organização do território. (DALLARI: 1986)

O federalismo caracteriza-se pela dupla soberania, a esfera sub-nacional e o poder federal exibindo multiplicidade do poder, em contraste com o sistema piramidal observado na estrutura de poder dos modelos centralistas. Logo, verifica-se nas federações o fundamento da indissociabilidade, que, todavia se estabelece num contexto de múltiplas necessidades de cada nicho de poder, elucidando uma normatização que garanta a convivência e continuidade, destarte a coordenação intergovernamental, possibilita amparar a diversidade de interesses, tornando-os vetorialmente benéficos a toda a federação.

São três os pressupostos que fundamentam uma federação democrática: a liberdade; a igualdade; e a eficácia. (ABRUCCIO: 2001)

Com efeito, partindo destes fundamentos, Arendt Lipihart, tece características básicas encontradas em governos federalistas, designadas a seguir.

A soberania dual, que é a divisão entre União e Estados, caracterizando um dos principais dispositivos de *checks and balances*. Mostra-se como modelo estrutural, que Paul Pierson denomina como *share decision making*, fundamentando o *Welfare State*, abarcando o "jogo político democrático", refinando os acordos entre entes federativos, o que pressupõe aperfeiçoamento do embate entre as características cooperativas, ou competitivas da relação intergovernamental.

Destaca-se ainda o princípio da subsidiariedade que consiste no repasse de competências a esferas regionais mais próximas da comunidade. Aqueles partidários do princípio afirmam maior potencial de fiscalização possibilitando ainda uma cobrança mais efetiva pela população local, que agiria de modo mais direto e decisivo.

O Equilíbrio entre autonomia e interdependência é requisito analítico, já que da aglutinação proposta pelo modelo federal surge obviamente uma característica conflitante. Logo é característica fundamental de qualquer federação a necessidade de eficiência do balanceamento entre a autonomia e a interdependência, sob pena de secessão.

É na exata direção da eficiência deste equilíbrio que se verifica a otimização da federação, distanciando-a de competição autofágica, patrocinada por seus entes, logo verifica-se a necessidade da utilização devida dos *check and balances*, combinados a bons modelos de cooperação.

A Constituição Escrita é que prescreve e fundamenta as leis, sendo requisito de qualquer federação sua existência, com cláusula de indissolubilidade, no topo da "pirâmide" das leis vigentes. (DALLARI: 1986)

O poder dos governos subnacionais deve ser diferenciado no processo de reformulação constitucional e aos entes subnacionais assegura-se possibilidade de proposição de emendas à Constituição. É geralmente no senado que se consolida tal princípio, sendo que a cada ente federativo é ainda possível estabelecer sua própria legislação orgânica, desde que respeitada a Constituição federal.

O Bicameralismo enseja outra característica federativa, sendo a segunda câmara responsável pela representação dos interesses dos entes federados devendo ocorrer sobre-representação dos Estados menos populosos na câmara baixa, que representa o eleitorado nacional.

Ressalta-se a importância da competição intergovernamental em contraposição aos efeitos da cooperação definindo o modelo de relacionamento entre os entes federativos.

Segundo Alfred Stepan, uma composição denominada *hold together* sempre se caracteriza pela existência de um governo central antecessor, influenciando a necessidade de manter a união.

A segunda possibilidade é denominada por *come together*, caracterizada pela necessidade de entes já constituídos, todavia dispersos unirem-se, como é o caso da federação americana.

Há portanto duas maneiras de se constituir uma federação, a partir de Estados distintos como é o exemplo do caso americano configurando-se um poder central; ou a partir da centralidade buscando manter a união, ensejando a descentralização do poder, que se encaixaria ao caso boliviano, tomando-se como ponto de partida a integridade de seu território.

O federalismo caracteriza-se fundamentalmente por pressupostos básicos e essenciais a quaisquer federações. Há portanto os governos subnacionais, e o poder nacional evidenciando uma dupla soberania. Vislumbra-se ainda uma característica preponderante da estrutura federal pela ocorrência de diversos centros de poder, distinguindo-se do sistema centralista de organização do Estado, este caracterizado por uma estrutura piramidal hierárquica.

O grande desafio do federalismo reside na possibilidade do poder compatibilizar a autonomia dos diversos centros de poder e a interdependência entre eles. Os conceitos primordiais da estrutura federativa democrática consistem no princípio da subsidiariedade, e na questão da coordenação entre os entes federados, entre outras.

Entende-se por Princípio da Subsidiariedade, a proximidade do poder, no contexto regional, conferindo proximidade da população ao poder, à possibilidade de legislar, seja na disposição para aplicação de verbas, ou mesmo para maior eficiência na fiscalização das ações públicas.

Quanto à intergovernabilidade, pode-se tomar dois principais extremos conceituais norteadores, a coordenação cooperativa e a competitiva, que caracterizam os modelos de relacionamento entre os entes federativos.

A problemática reside não apenas na questão política, que se fundamenta pela representatividade, mas também pela redistribuição de recursos entre regiões, tornando importante salientar que a característica de desigualdade é o pressuposto primordial a ser combatido pelo Estado Democrático²⁷.

²⁷ A Alemanha por exemplo apresenta como o princípio constitucional da Preservação de Condições de Vida Homogêneas em Território Alemão, no Brasil pode-se dizer que essa característica está estabelecida pelo Artigo 5º da Constituição Federal. Essa é uma resposta à essência da democracia, que fomenta a igualdade através da distribuição de renda.

O modo de intergovernabilidade competitivo – que pressupõe a competição entre os Estados sub-nacionais - desenvolve-se com o decorrer do federalismo norte americano, atingindo seu auge a partir da ação política proposta pelo modelo de reforma de Estado comandada por Ronald Regan, no início dos anos 1980 que viria influenciar incisivamente o modelo adotado pelos países em processo de redemocratização na América Latina, incluindo-se o Brasil e a própria Bolívia que mesmo a partir de seu modelo centralista passa a incorporar preceitos descentralizadores representados em sua legislação pela primeira vez em 1994.

“Within political systems, federal arrangements may appear to serve the cause of freedom and economic development (modern Germany) or may appear to inhibit them (Mexico, the American South down to the 1960s).” (MCKAY, David. William Riker on Federalism: Sometimes Wrong But More Right Than Anyone Else. Washington, 2001.)

O modo de coordenação federativa cooperativa revela a cooperação entre os entes para garantia da concretização da homogeneidade social, sendo utilizado por diversas federações como a Austrália, Canadá e Alemanha, esta última, evidenciada principalmente pela característica de desigualdade entre regiões, em virtude de reunificação.

Ante os propósitos do *New Federalism* de Regan e considerando o processo de redemocratização da América Latina, com a adoção de uma estrutura política neoliberal verifica-se um movimento rumo à descentralização de poder.

Como ilustração do processo, um estudo do Banco Mundial, revela cerca de 13 mil governos regionais na América Latina que elegem seus governantes. Na década de 70, eram menos de 3 mil²⁸.

Em regiões de tradição centralizadora verifica-se nova problemática, fundamentada principalmente pelas implicações da divisão fiscal bem como o custo da implantação da descentralização de poder, que pressupõe um novo arranjo burocrático, no sentido de garantir os preceitos democráticos.

Com o fim da bipolarização mundial entre EUA e URSS, não é demais salientar que forças transnacionais impunham um enfraquecimento dos governos centrais de nações mais fracas, resultando em menor legitimidade, e poder de ação descaracterizando, contraditoriamente, o verdadeiro fim da união. Divididos, a autonomia dos entes federativos deve torna-se mais limitada, ocorrendo um enfraquecimento da federação de modo geral. É o que preconiza a regra “dividir para conquistar”. Essa é uma característica do municipalismo construído na Bolívia com intenção de incorporar a descentralização fundamental à emancipação dos mercados regionais, preceituada pelo próprio Consenso de Washington.

Há que se observar ainda o processo de centralização do poder mundial posterior ao fim da União Soviética, que ocorre de modo cronologicamente próximo ao contexto de democratização na América Latina, possibilita a conotação de acontecimentos

²⁸ ABRUCIO, Fernando Luiz. Os laços federativos brasileiros :avanços, obstáculos e dilemas no processo de coordenação intergovernamental - São Paulo, 2000 - Tese (Doutorado)

que se entrelaçam. Logo não seria demais afiançar a possibilidade de que o enfraquecimento e até mesmo a secessão de muitas federações ou nações foram patrocinadas por aqueles que desejavam a manutenção de um mundo polarizado, ou seja, uma ou algumas nações comandando as demais.

INTERGOVERNABILIDADE NA BOLÍVIA

Da teorização do federalismo clássico, extrai-se o conceito que a composição desse sistema consiste em um fato político, que precipita um arranjo estatal onde o Estado federal é um Estado que tem dois níveis de governo que compartilham o mesmo território. (ESCOLAR 2008)

Todavia esses dois níveis de governo necessitam de uma capacidade autônoma decisória.

A dinâmica do processo corresponde ao que se denomina de *Federal Bargain* implicando no embate entre os políticos do centro em contraposição aos políticos da periferia definindo os ditames da federação constitucional.

Com a mudança do eixo econômico boliviano de La Paz para Santa Cruz, de modo mais efetivo, à partir de meados dos anos 1980, emerge uma proposta articulada por Santa Cruz de cunho tipicamente federalista, que ia ao encontro das propostas do Consenso de Washington de abertura da economia através da descentralização política e fiscal.

As ações políticas *cruceñas* eram expressas através dos Comitês Cívicos:

“Expressões elitistas de certo federalismo represado, os comitês são hoje espaço privilegiado dessa direita empresarial dentro da qual se situa o grupo, bastante influente, dos empresários do setor agroindustrial. (...)esse grupo é particularmente forte no departamento de Santa Cruz” (CAMARGO 2006).

O desdobramento do jogo entre teoria e realidade a que se submeteu o neoliberalismo, nesse país em especial, teve consequências drásticas com relação à pobreza do povo. Mas da crise, se observou o soerguimento da nacionalidade precipitando a renúncia de Lozada e posteriormente em meio à luta popular, mas nas estritas balizas democráticas a chegada ao poder por Evo Morales.

Em um período anterior à crise de 2003, verifica-se um jogo político oligárquico, espelhado nos sistemas de exclusão econômica da população, exportação de bens primários, que possibilitou a composição da elite, que se mantinha politicamente estruturada apesar da preponderante discussão em torno da questão intergovernamental.

Com o colapso dessa estrutura pela participação direta do povo, diga-se, através de entes civis organizados e distribuídos por todo o território, cria-se o impasse na dinâmica bipolar, determinada pelo jogo entre a articulação política e financeira assentada em La Paz e a preponderância econômica representada por Santa Cruz.

Há que se considerar entretanto que apesar de grande dinamismo econômico, Santa Cruz é amparada pelo Estado nacional, pelo subsídio ao óleo diesel e especialmente por créditos oficiais específicos. Ademais a fronteira agrícola da região é limitada, e diante da importância do *agribusiness*, pode-se considerar um ciclo irregular do ponto de vista da

estabilidade econômica. Cabe ilustrar que 85% das reservas de gás estão no departamento de Tarija.

PARAFEDERALISMO, NAÇÃO CAMBA E FRAGMENTAÇÃO

O arranjo político estabelecido entre as elites de La Paz e Santa Cruz, em virtude da mudança do eixo econômico boliviano, apresentava uma estrutura parafederalista, a partir da crescente estruturação política departamental representada pelas reformulações constitucionais a partir de 1994. Na medida em que se distribuem competências aos departamentos se consolida o arranjo entre os interesses nacionais e subnacionais que representam em suma a semente de um arranjo federativo.

Esse sistema, ainda que extra-oficial se solidifica de modo contraditório com a queda do governo neoliberal, uma vez que a eleição de Evo desestabiliza a dinâmica La Paz-Santa Cruz, mas fortalece a articulação política a partir do departamento de Santa Cruz.

Se Santa Cruz necessita do aparato estatal afirmado a partir de La Paz em virtude de a dinâmica econômica mundial respaldar-se entre Estados, o resto da Bolívia necessita do vigor econômico do departamento de Santa Cruz.

Todavia forças incapazes de articularem politicamente e em bases democráticas essa dinâmica preferem apregoar o separatismo.

A atual configuração territorial da Bolívia pode mudar caso autonomia não seja concedida pela lei, conforme comentário de Sergio Antelo, líder do movimento Nación Camba.

Essa autonomia ainda não foi conquistada e possui um viés separatista, pelo modelo apresentado no Estatuto Autônomico aprovado extra-oficialmente por Santa Cruz, uma vez que não estabelece um arranjo federal mas, uma completa independência do departamento em relação ao todo, representando um ponto de inflexão, ou ruptura, nos processos internos da Bolívia. (CECEÑA 2008)

Segundo o censo oficial, a Bolívia tem 80% da população entre indígenas e mestiços, mas Antelo diz que o “governo nacional manipula os dados estatísticos e generaliza a identidade boliviana a partir do Altiplano, e passa a impor uma administração inteiramente voltada para esta região, em detrimento do outro lado, a Meia-Lua, onde a quantidade de indígenas e mestiços é perceptivelmente menor até nas ruas da sua principal cidade.”²⁹

Porém a verdade é que apesar de Evo não possuir a maioria dos votos na região dos Lhanos, como no resto da Bolívia, seu eleitorado é proporcionalmente significativo podendo chegar a quase 30% da população regional.³⁰

O ideal separatista da Meia Lua é expresso por sentimentos regionalistas que emergem a partir da visão de setores da elite:

“A idéia-força do “Malku” das duas Bolívias – apropriadamente redefinida – foi incorporada por essa direita empresarial ao seu próprio discurso: as duas Bolívias são agora a Bolívia que trabalha, conformada pelo empresariado e pelos “setores” modernos do país, e a outra Bolívia, a andina, a que protesta e bloqueia estradas”. (CAMARGO 2006:222)

²⁹ Entrevista – Globo.com 2006.

³⁰ Apuração a partir de estatísticas sugeridas pelos resultados divulgados pelos realizadores do plebiscito dos Estatutos Autônicos. Redação de Carta Maior 02/06/2008 – www.cartamaior.com.br

Esse movimento separatista seria parte de uma tentativa de desestabilizar a Bolívia, movido pela elite derrotada nas eleições de 2005 de retomar sua supremacia da exploração dos recursos naturais do país.

“Do mesmo modo que a campanha pelo separatismo dos estados orientais se assenta sobre a expropriação imperialista das riquezas minerais e territoriais daquela região, a revolução socialista boliviana teria necessariamente que começar, como já está programaticamente definida pelos trabalhadores, pela nacionalização do subsolo (hidrocarbonetos) e imediatamente se desdobrar com a nacionalização do solo (latifúndios) do oriente.”

(MARTINS 2005)

Segundo dados do início de 2002 da *Internacional Energy*, as reservas de gás descobertas na Bolívia alcançam 54 trilhões de pés cúbicos, sendo a segunda mais importante da América do sul, atrás apenas da Venezuela, com 147 trilhões de pés cúbicos. As reservas da Argentina alcançam 27 trilhões, as do Brasil 8 trilhões e do Peru 13 trilhões.

Aproximadamente 85% das reservas de gás bolivianas localizam-se no departamento de Tarija, no sul do país, divisa com a Argentina. O restante encontra-se em Santa Cruz, divisa com o Brasil. A campanha pelo separatismo, claramente não elucida tão somente uma questão ética, mas uma clara tentativa de separar as regiões atualmente mais ricas da Bolívia (inclusive em reservas de gás).

O que se verifica, são missivas politicamente articuladas por dois movimentos, que ensejam a ruptura do país em direção à estruturação da denominada Meia Lua, que configuraria a Nação Camba, representada pela autonomia dos departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija.

O primeiro movimento representado pelos Comitês Cívicos bem como pelos governadores dos departamentos; e o segundo, com representação política no congresso representada majoritariamente pela articulação de políticos do PODEMOS.

É importante ressaltar que essa estrutura política nega articulação com o movimento denominado Nación Camba, em virtude dos reconhecidos atos de violência e xenofobia. Esse movimento todavia é representativo e bastante articulado.

Mapa do Sítio LA "NACIÓN" CAMBA

Figura extraída de: <http://nacioncamba.webcindario.com/mapa.htm>

É cristalino que a articulação política que representa a região dos departamentos do Oriente boliviano tem representatividade popular. A movimentação política faz parte do jogo democrático e os interesses de vários setores devem ser considerados. A maior dúvida todavia, repousa no fato de que claramente a fragmentação do território boliviano fará mal aos dois lados, uma vez que uma região depende da outra e o sentimento nacional provavelmente se mostrará superior, aos mesquinhos anseios de setores específicos. A população boliviana sempre reagiu aos abusos e excessos cometidos por líderes irresponsáveis, incorporando o nacionalismo pelos momentos de crise.

CONCLUSÃO

O ponto crucial que possibilitará o direcionamento da análise de intergovernabilidade parte do pressuposto já relatado, que se configura pela retirada do PODEMOS do processo constituinte, ainda que do ponto de vista formal o fato não tenha impedido que a nova Constituição fosse aprovada, ante a grande quantidade de representantes eleitos pelo MAS, e o processo de elaboração de um referendo paraestatal patrocinado pelos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando.

A vitória de Evo deflagra uma crise no sistema político de coalizão bipolar (La Paz – Santa Cruz) vigente durante os governos neoliberais, ensejando um isolamento da estrutura político-econômica oligárquica no espaço controlado por Santa Cruz. A questão sobrepõe-se ao caráter meramente econômico, a partir da assimilação da descentralização alinhavada em meados dos anos 1990, possibilitando a eleição direta de prefeitos de

departamentos, com um poder restrito. A eleição dos prefeitos, é anterior à eleição de 2005, e conferiu a estes um mandato que sobrepõe-se à posse de Evo.

Da união dos governos departamentais e Comitês Cívicos, somada aos representantes parlamentares comandados pelo PODEMOS se revela a articulação política que propôs os plebiscitos paraestatais que aprovaram os “Estatutos Autonômicos” (até a conclusão desse trabalho somente em Beni, Pando e Santa Cruz).

Com efeito, somente uma leitura clara da estrutura política boliviana possibilita uma análise precisa da questão, uma vez que o Estado centralista passa a apresentar contornos parafederalistas, durante os governos neoliberais, que se afirmam posteriormente ao desmonte da relação bipolar entre as elites, representada pela coordenação La Paz – Santa Cruz.

Essa complexa estrutura política figura sob território que certamente pode ser intitulado Estado Democrático Constitucional, cabendo todavia, tecer considerações a respeito da democracia.

A teoria da democracia denominada liberal é estabelecida no sentido de produzir garantias individuais essenciais à liberdade.

A mensura do embate entre a garantia das liberdades individuais e a igualdade, expressa a principal divisão da teoria democrática liberal, entre individualista ou pluralista.

O Estado moderno incorpora o critério territorial como a delimitação da soberania, onde o soberano é escolhido pelo grupo e para o grupo. O grupo nesse caso é considerado a partir da generalidade, que pressupõe a expressão da nacionalidade, ou identidade cívica.

A nacionalidade, portanto necessariamente impõe uma homogeneização cultural, e nesse contexto que se debate a relação do binômio contraditório entre individualidade e igualdade, e, portanto, de democracia individualista ou pluralista. Essa contradição é evidenciada a partir do momento em que a decisão de uma minoria ou a favor dela, afeta a condição de igualdade da maioria. É a usurpação da garantia da individualidade em detrimento do efeito estabelecido pelo princípio da igualdade, pressuposto da condição de liberdade.

Países que adotam os princípios da democracia individual acabam por estabelecer modos para a tutela das minorias, ou, enquanto democracias pluralistas, protegem a diferença reconhecendo-a como a origem da liberdade individual.

Quando se discute a questão separatista há que separar o tipo de clivagem que estabelece a fragmentação, uma vez que as clivagens são sempre ativadas politicamente através de grupos.

Os grupos podem ser políticos, econômicos, regionais, religiosos, culturais, etc., mas as clivagens serão estabelecidas sempre a partir de sua ativação política. O grupo étnico entretanto, possui uma característica específica, uma vez que se estabelece geneticamente importando na impossibilidade de transferência de indivíduos de um grupo a outro.

As clivagens políticas e eventualmente econômicas respondem muito bem à questão territorial, ensejando um embate no patamar da coalizão que sempre deve ser agregada a um sistema centro-periferia, com o voto representativo do interesse local, e apesar de custoso, remonta a um sistema que garante a configuração do Estado Democrático – que pode ser federal ou não, ou ainda, presidencialista ou parlamentarista.

O Problema maior à integridade territorial emerge quando são ativadas clivagens de cunho étnico ou regional, uma vez que representariam uma divisão da soberania, que implica necessariamente no colapso do Estado Democrático e em consequência sua fragmentação.

O caso da Bolívia comporta duas interpretações, já que pode se considerar a soma das ativações das clivagens étnicas e regionais, que ainda assimilariam a desigualdade econômica, como clivagem, e que também é regionalizada. Ante essa perspectiva o resultado mais provável é a fragmentação. Por outro lado, pode-se verificar que apesar das clivagens mencionadas estarem ativadas, há uma sedimentada identidade cívica, construída no decorrer da história boliviana, possivelmente muito maior que qualquer clivagem ativada por determinado grupo.

A chegada ao poder de Evo Morales apresenta forte caráter étnico, mas também nacional, sua eleição sob o fundamento democrático apresenta votação regionalizada, mas não é desprezível seu apoio em regiões onde não obteve a maioria. Por outro lado esse poder dividido entre PODEMOS e MAS apresenta significativo apoio à sua oposição, fato que poderá até mesmo revigorar a dinâmica democrática boliviana, já que o PODEMOS também é representativo politicamente.

A verdade é que por enquanto a estrutura territorial boliviana não ruiu, e Evo está no poder há mais de dois anos, elucidando a existência de algum diálogo entre as regiões, apesar do quadro tempestuoso estabelecido pela aprovação da Constituição unilateralmente pelo MAS e pela realização de plebiscitos paralegais relativos à autonomia nos departamentos do Oriente.

Vislumbra-se na Bolívia uma estrutura constitucional instável, representada pelo fato, de que a Constituição aprovada por Evo ainda não vige, pois, depende de um referendo popular; nem mesmo vigem os Estatutos Autonômicos estabelecidos pelos poderes locais dos departamentos em conflito, revelando, uma estrutura conseqüentemente parafederalista, que apesar de não estar prescrita constitucionalmente, se expressa politicamente, e de modo espacialmente coordenado.

Nesse sentido, saída legal a esse impasse jurídico, enseja a vigência da Constituição de 1967, por muito mais tempo.

A questão do separatismo somente encontrará respaldo se forem incentivadas as cisões étnicas, fato que implicaria em um erro político de Evo, uma vez que tem uma representatividade muito expressiva ao corporificar o sentido de identidade cívica.

A supervalorização do sentimento étnico somente viria a aguçar a questão da fragmentação, muitas vezes favorecendo os interesses de setores que querem reconstruir a antiga lógica colonial oligárquica, em locais onde ainda mantém seus “currais” eleitorais. Esses certamente não podem e não querem ser considerados bolivianos, pois sua pátria é o metal.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz e COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. Série Pesquisas. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer Stiftung, n.º 12, 1999.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os laços federativos brasileiros :avanços, obstáculos e dilemas no processo de coordenação intergovernamental - São Paulo, 2000 - Tese (Doutorado)

AILLOÓN, Lorgio Orellana. Hacia una caracterización del gobierno Evo Morales. In “Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Buenos Aires, n° 19 – OSAL – 2006.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A revolução boliviana, São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ARROYO, M.; LEMOS, A.; SILVEIRA, M. Questões Territoriais na América Latina. São Paulo, 2006, CLACSO.

CASTRO, Terezinha de. Nossa América – Geopolítica Comparada. Rio de Janeiro, IBGE – 1992.

CAMARGO, A. J. – Bolívia – Criação de um país – Brasília 2006, Fundação Alexandre Gusmão.

CECEÑA, Ana Ester. Movimentos para Interromper as Mudanças na América Latina. São Paulo, 2008, Carta Maior.

CHASIN, José. O Integralismo de Plínio Salgado – Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio, São Paulo, Livraria Editora Ciência – 1978

DAHL, Robert. Democracy, Liberty and Equality. Oslo, 1986. Nowegan University Press.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Estado Federal, São Paulo, Ed. Ática, 1986.

DONGUI, Halperin. História da América Latina. São Paulo, Editora Paz e Terra.

ESCOLAR, Marcelo - Crítica do discurso geográfico, São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

FERREIRA, Oliveiros S.. Nossa América: Indoamérica. São Paulo. Editora da USP – 1971.

GALEANO, Eduardo. Las Venas Abiertas de América Latina. Cuba, Editores Universales de Habana – 1991

GUMUCIO, Mariano. Historia Contemporánea de Bolivia. México, D.F., 1996. Fondo de Cultura Económica.

HOFMEISTER, Wilhelm e CARNEIRO, José Mário Brasiliense. Federalismo na Alemanha e no Brasil. Série Debates, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer Stiftung, nº 22 -2001.

KLEIN, H. S. Bolívia: do Período Pré-Incaico à Independência. São Paulo, 1991. Brasiliense.

KOEHLER ZANELLA, P., A Bolívia no Pêndulo da História. Faculdade de Direito de Santa Maria, Santa Maria – 2006..

LEDO, Maria del Carmen, Proceso de Urbanización, Estructura Productiva y Empleo em Las Ciudades del Eje Económico de Bolívia. Miami, 2000, LASA 2000 Miami.

LEVENE, Ricardo. História das Américas – V, VI e X, São Paulo, 1947. W.M. Jackson Inc.

LINERA, Álvaro Garcia Linera. El evismo: Lo nacional-popular em acción. In “Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Buenos Aires, nº 19 – OSAL – 2006.

MACHADO, Eliel. Lutas e Resistências na América Latina Hoje. Londrina, 2006, Revista Lutas & Resistências, Midiograf, UEL.

MAIRA, Luis. Perspectivas das Relações entre o Chile e a Bolívia. In Diplomacia Estratégia Política nº5, Brasília, Raúl Prebisch Project, 2007.

MANSILLA, H.C.F. La identidad colectiva boliviana entre los tradicionales valores particularistas y las modernas coerciones universalistas. La Paz, 1998. Papers 56

MANSILLA, H. "La cuestión de las nacionalidades, el proceso de modernización y la identidad colectiva en la Bolivia de hoy". Quito, 1998, Ecuador Debate, Rev.75

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, São Paulo, 1975. Alfaômega.

MARTIN, André Roberto. As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil, Tese de Doutorado FFLCH-USP São Paulo – 1993.

MARTIN, André Roberto. R. Fronteiras e Nações. São Paulo, 1992, Contexto.

MARTINS, José. Império do Terror, São Paulo, Editora Sundermann – 2005.

MCKAY, David. William Riker on Federalism: Sometimes Wrong But More Right Than Anyone Else. Washington, 2001.

MESA, J., GISBERT, T, GISBERT C., História de Bolívia, La Paz, 2003, Editora Gisbert.

MORAES, Marcos Ribeiro de. As Relações Intergovernamentais na República Federal da Alemanha – Uma Análise econômico Institucional, Fundação Konrad Adenauer Stiftung,- 2001.

MUMFORD, Lewis [1961]. A cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas, São Paulo: Martins Fontes, 1982.

ORNELA, Raúl. La Guerra del Gas: Cuarenta y Cinco Dias de Resistencia y un Triunfo Popular. Argentina, 2004, Clacso en Internet.

PILAR, Garcia J. – Frontera, Espacio y Estado – Um Estudio de Caso: La Bolívia Republicana.

POSTERO, Nancy Gray. Now we are citizens: indigenous politics in post-multicultural Bolivia. Stanford: Stanford University Press, 2007.

QUIJANO, Aníbal – Estado-nación y “movimientos indígenas” em la región Andina, cuestiones abiertas. In “Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Buenos Aires, nº 19 – OSAL – 2006.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIKER, Willian. Federalism, Origen, Operation, Significance. Boston, 1964. Little Brown and Company.

RIVERA, H. M. Entrevista concedida a Altino Machado, Rio Branco, 2007 – A Tribuana.

ROJAS, L.Pablo Cuba. Bolívia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente. In “Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Buenos Aires, nº 19 – OSAL – 2006.

SALLUM JR. Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, 1999 -

SANDOVAL, Carmem. La Paz, 2003. Santa Cruz Economia e Poder. PIEB, FH-UAGRM y CEDURE.

SANTOS, Boaventura Souza, Evo Morales e a Democracia. In “Movimientos sociales y gobiernos em la región Andina. Buenos Aires, nº 19 – OSAL – 2006.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

URQUIDI, Vivian. Movimento Cocaleiro na Bolívia. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado USP.

URQUIDI, Vivian. A Bolívia no Século XXI: O Impacto do Multiculturalismo e dos Novos Atores Políticos. Recife, 2007. UFPE

VALLE, Juan Ignacio Siles del. The Bolivia's New Foreign Policy. In Diplomacia Estrategia Política nº1, Brasília, Raúl Prebisch Project, 2004.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Territórios Sem Limites – Estudos Sobre Fronteiras. Campo Grande, UFMS, 2005.

ZAVALETA, Mercado R. Las Masas en Noviembre R. México 1983. Siglo XXI.

ZAVALETA, Mercado R. Lo nacional-popular en Bolivia. México 1986. Siglo XXI.

ZAVALETA, Mercado R. El poder Dual, La Paz, 1987. Los amigos del libro.